

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI

FABIANA CRAVEIRO SILVA FERRAZ BORGES

A Cidade de Goiás e o Turismo: um estudo do patrimônio histórico e cultural e sua influência na organização da atividade turística no município.

Balneário Camboriú
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FABIANA CRAVEIRO SILVA FERRAZ BORGES

A Cidade de Goiás e o Turismo: um estudo do patrimônio histórico e cultural e sua influência na organização da atividade turística no município.

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Turismo e Hotelaria do Programa de Mestrado *Stricto Sensu* em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí, no Centro de Educação de Balneário Camboriú.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Josildete Pereira de Oliveira

Balneário Camboriú
2010

Dedico este trabalho à minha filha **Sophia**, para que ela perceba nos estudos uma razão de viver.

Aos meus pais **Lúcia e Ferraz**, por me amarem demais.

Ao meu marido **Gustavo**, pela paciência, compreensão e apoio.

AGREDECIMENTOS

Neste momento tão especial agradeço à minha orientadora Prof^a. Dr^a. Josildete Pereira de Oliveira que me acompanhou desde a banca de seleção e que foi peça primordial em todo o mestrado.

Porém elaborar um memorial de agradecimento é algo tão delicado quanto todo o processo de confecção de uma dissertação, porque corre-se o risco de faltar o agradecimento a alguém. De alguma forma todos foram essenciais e indispensáveis e não mediram esforços para me acompanhar nesta caminhada. Sendo assim a todos me declaro muito grata e com todos partilho essa conquista. E peço a Deus que da mesma forma em que me guiaram, sejam guiados por pessoas iluminadas e amadas como vocês.

Mais uma vez, muito obrigada a todos !!!!

RESUMO

Detentora de um dos mais ricos acervos arquitetônicos do período colonial, a antiga capital goiana, patrimônio histórico, é uma fonte de estudos inesgotável. O foco de estudo desta pesquisa centra-se na cidade de Goiás e tem como objetivo geral analisar o processo de desenvolvimento do turismo considerando o potencial da paisagem edificada, as manifestações culturais, a infraestrutura básica e turística e as políticas públicas voltadas para esta atividade. Fruto da exploração mineradora, a cidade surgiu às margens do Rio Vermelho sem nenhuma preocupação de ordenação do espaço urbano, porém seguindo o modelo tradicional português construiu um estilo próprio que a diferencia de todas as outras cidades mineradoras. Com o incentivo da população e do poder público, toma consciência de sua vocação turística e começa a preservar seus monumentos arquitetônicos, paisagísticos e culturais. A metodologia da pesquisa caracteriza-se pelo caráter qualitativo apoiada em pesquisas bibliográficas, documentais e iconográficas. E para entender o funcionamento dos espaços optou-se pelo estudo das categorias de análise espacial – forma, função, estrutura e processo proposta por Santos (2008).

Palavras-chaves: Paisagem Edificada. Turismo. Patrimônio Histórico e Cultural. Cidade de Goiás.

ABSTRACT

The city of Goiás, the original capital of the State of Goiás, has one of the richest architectural heritages from the colonial period, making it a world historical heritage site and a source of inexhaustive studies. This study focuses on the city of Goiás, with the overall aim of analyzing the process of tourism development, considering the potential of the built landscape, cultural events, basic infrastructure, tourism infrastructure and public policies geared towards these activities. As a result of mining exploration, the city has grown up along the banks of the Vermelho River without any concern for urban planning, but following the traditional Portuguese model, building its own style that is different from all the other mining towns. With the encouragement of the population and the public authorities, Goiás has become aware of its tourism potential, and has begun to preserve its architectural monuments, landscape and culture. The research methodology is qualitative, drawing on a literature review, documentary and iconographic research. To understand how these spaces function, this work studies the categories of spatial analysis proposed by Santos (2008) i.e. form, function, structure and process.

Keywords: Built Landscape. Tourism. Historical and Cultural Heritage. Goiás.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1	Mapa Político do Brasil.....	35
Figura 2	Fotografia aérea do centro histórico da cidade de Goiás.....	37
Figura 3	Imagem da localização de Pirenópolis.....	39
Figura 4	Centro Histórico de Pirenópolis.....	42
Figura 5	Fotografia da Casa de Câmara e Cadeia.....	46
Figura 6	Fotografia Chafariz de Cauda da Boa Morte.....	48
Figura 7	Fotografia Quartel do XX.....	49
Figura 8	Fotografia Palácio Conde dos Arcos.....	51
Figura 9	Fotografia Casa do Bispo.....	53
Figura 10	Fotografia Edifício da Real Fazenda.....	54
Figura 11	Fotografia Casa de Cora Coralina.....	55
Figura 12	Fotografia Mercado Municipal.....	56
Figura 13	Fotografia Cruz do Anhanguera.....	57
Figura 14	Fotografia Teatro São Joaquim.....	58
Figura 15	Fotografia Igreja Nossa Senhora da Boa Morte.....	59
Figura 16	Fotografia Igreja Matriz de Santana.....	60
Figura 17	Fotografia Igreja de São Francisco de Paula.....	61
Figura 18	Fotografia Farricocos durante a Procissão do Fogaréu.....	67
Figura 19	Fotografia Farricocos durante a Procissão do Fogaréu.....	67
Figura 20	Fotografia da exposição de artesanato nas lojas.....	81

LISTA DE MAPA

Mapa 1	Centro Histórico da cidade de Goiás.....	48
--------	--	----

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
LISTA DE IMAGENS.....	7
LISTA DE MAPA.....	8
1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1. Contextualização do tema.....	10
1.2. Estrutura da pesquisa.....	13
2. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	15
2.1. Natureza da pesquisa.....	15
2.2. Procedimentos metodológicos.....	16
2.3. Análise dos dados.....	18
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
3.1. O espaço turístico e seu planejamento.....	19
3.2. Patrimônio Imaterial.....	22
3.3. Infraestrutura básica e turística.....	24
4. CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE DE GOIÁS.....	27
4.1. Caracterização histórica-geográfica da cidade de Goiás.....	27
4.2. Caracterização histórica-geográfica de Pirenópolis.....	38
5. RESULTADOS DE ANÁLISE.....	43
5.1. Caracterização do patrimônio arquitetônico que configura a paisagem edificada.....	43
5.2. As manifestações culturais mais significativas enquanto atrativo turístico.....	63
5.2.1 Festas.....	63
5.2.2 Literatura.....	70
5.2.3 Artes.....	74
5.2.4 Cinema.....	75
5.2.5 Gastronomia.....	76
5.2.6 Artesanato.....	79
5.3. A infraestrutura básica e turística.....	82
5.4. Análise das ações de planejamento das políticas de conservação do patrimônio e sua influência na organização do turismo.....	87
5.4.1 PAC das cidades históricas.....	88
5.4.2 Programa Monumenta.....	94
5.5. Análise das políticas públicas relacionada ao turismo.....	96
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIA.....	103
ANEXO.....	110

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização do Tema

Localizado no centro do país, a poucos quilômetros da Capital Federal, Goiás é um estado de negócios¹, segundo o IBGE (2009) possui uma área de 340.087 km² com uma população em 2007 de 5.647.035 habitantes divididos em 246 municípios. Possui diversidades ambientais, culturais, paisagísticos, econômicas e uma boa condição climática, fatores extremamente favoráveis para o desenvolvimento do turismo. No entanto, apesar disso, o fluxo de turistas esperados ainda é pequeno.

Além do atrativo do turismo das águas quentes, das cachoeiras, do ecoturismo e dos lugares místicos, as terras goianas abrem espaço para as cidades históricas como Goiás, antiga capital do estado e berço da cultura goiana, que traz em sua paisagem traços marcantes dos tempos áureos da mineração, das tradições e do folclore como um dos núcleos receptor que mais desponta no turismo do estado. E apesar da paisagem edificada da cidade apresentar algumas modificações consequentes do tempo, de novas pavimentações, mudanças em fachadas de prédios e residências, continua perpetuando seu valor histórico e cultural.

Mesmo Goiás sendo considerado o segundo produtor de ouro do Brasil, a época não foi tão rica nem tão grande, logo se iniciou um processo de ruralização da sociedade e extinção dos arraiais e vilas.

Bartolomeu Bueno² foi o responsável pela administração local das minas, mas com a decisão da corte portuguesa em tornar Goiás independente de São Paulo, elevando-o à categoria de Capitania, em 1749 chegou a Vila Boa o primeiro

¹ Goiás é pólo de agronegócios, de medicina principalmente oftalmológica, farmacêutica, de compras e eventos.

² Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, bandeirante paulista que veio para as paragens goianas com o firme propósito de escravizar os gentios e descobrir nas virgens terras possíveis lavras de ouro (GALLI, 2005, p. 21)

Governador e Capitão General, D. Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos. O território goiano passou então a ser denominado Capitania de Goiás, título que conservou até se tornar província.

O primeiro presidente de Goiás, nomeado por D. Pedro, foi Dr. Caetano Maria Lopes Gama, que assumiu o cargo a 14 de setembro de 1824 e até o final do século XIX a política foi dirigida por presidentes impostos pelo poder central.

Com a falta de meios de transporte e comunicação, devido às longas distâncias, descasos administrativos, ausência de um produto econômico básico, Goiás demorou a participar do desenvolvimento brasileiro. Continuava a mesma elite dominante, não houve imigração européia; permaneceram os latifúndios improdutivos; decadência econômica, pecuária e agricultura deficitária, educação precária e principalmente a população continuava esquecida.

Somente em 1930, com o movimento renovador de Pedro Ludovico Teixeira, a situação foi se modificando, o governo passou a propor como objetivo primordial o desenvolvimento de estado e a construção de Goiânia³ foi o ponto de partida para a divulgação e para uma nova etapa da história do Estado e principalmente da cidade de Goiás.

Este trabalho tem como essência investigar o espaço turístico urbano assim como as relações culturais no delineamento das atividades turísticas. Diante do descrito para entender o funcionamento dos espaços optou-se pelo estudo das categorias de análise espacial – forma, função, estrutura e processo proposta por Santos (2008).

O problema colocado por esta pesquisa será focado na influência do patrimônio histórico edificado e das manifestações culturais da Cidade de Goiás sobre a

³ Goiânia, capital do Estado de Goiás, foi proposta como esperança de progresso e estratégia de sobrevivência política (CHAUL, 1997, p. 198)

organização da atividade turística no município. E a partir desta problemática foram colocadas as seguintes questões:

- O patrimônio arquitetônico que marca essencialmente a paisagem edificada da Cidade de Goiás é uma variável significativa que está sendo considerada na organização do turismo no município?
- Qual o estado atual de conservação dessa memória arquitetônica?
- No contexto da organização do turismo no município o patrimônio cultural e imaterial, representado pelas manifestações populares, tais que festas religiosas, festivais, eventos cívicos, folclore, artesanato e gastronomia, tem sido outra variável igualmente considerada?
- Como se encontra o estado atual da infra-estrutura básica e turística do município, enquanto aspecto fundamental no desenvolvimento do turismo na região?
- Quais as políticas públicas que estão sendo implementadas visando o desenvolvimento do turismo no município?

Este trabalho se justifica primeiramente para entender o funcionamento dos espaços, segundo pela afinidade pessoal, por ter minhas raízes ligadas a esta cidade e também por participar como moradora da busca pelo resgate e preservação do patrimônio. Terceiro é que além do trabalho ser uma exigência para a conclusão do curso de Mestrado meu interesse tem relação com minha trajetória profissional que sempre teve vinculada às áreas da administração, do turismo e da docência. Por conta desta vivência principalmente na docência o intuito deste estudo é contribuir para novas pesquisas e abordagens teóricas na área do turismo. E finalmente outra motivação que provocou a presente pesquisa foi a preocupação com o processo de desenvolvimento do turismo, a preservação da cidade histórica e os possíveis impactos dessa atividade às características socioculturais locais.

O objetivo geral é analisar o processo de desenvolvimento do turismo na Cidade de Goiás considerando o potencial da paisagem edificada, as manifestações

culturais, a infra-estrutura básica e turística e as políticas públicas voltadas para esta atividade. Para tanto, foi necessário:

- Caracterizar o patrimônio arquitetônico que configura a paisagem edificada;
- Identificar as manifestações culturais mais significativas enquanto atrativo turístico;
- Caracterizar a infra-estrutura básica e turística em função da demanda atual;
- Analisar o processo ou as ações de planejamento das políticas de conservação do patrimônio e a influencia deste na organização da atividade turística;
- Analisar as políticas públicas relacionadas ao turismo.

1.2. Estrutura da Pesquisa

O trabalho encontra-se estruturado em seis capítulos, de maneira que se pode perceber a temática aplicada e os principais autores selecionados para a discussão.

Desta forma o primeiro capítulo apresenta a contextualização da pesquisa, assim como o problema levantado, a justificativa e o objetivo principal que a pesquisa busca alcançar.

O segundo capítulo apresenta a metodologia de pesquisa e seu referencial teórico, assim como os instrumentos de pesquisa a serem utilizados e como serão as análises e interpretações.

Na sequência, o terceiro capítulo fundamenta a discussão sobre o espaço turístico e seu planejamento aos olhos de Milton Santos, Antônio Castrogiovanni, Adyr Balastreri Rodrigues, Eduardo Yázigi, Roberto Boullón, entre outros. Também faz parte deste capítulo a fundamentação teórica sobre o patrimônio imaterial e infraestrutura básica e turística indispensáveis na leitura da atividade turística.

Em seguida o quarto capítulo descreve a caracterização espacial da cidade de Goiás e Pirenópolis, abordando a história e geografia da região, assim como o patrimônio histórico e cultural e a infraestrutura básica e turística referente à cidade de Goiás.

O quinto capítulo apresenta a análise e resultados referentes às ações de planejamento das políticas de conservação do patrimônio e sua influência na organização do turismo e a análise das políticas públicas relacionadas ao turismo.

E cabe ao sexto e último capítulo registrar as considerações finais que respondem aos questionamentos realizados em todo o processo da pesquisa

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

2.1. Natureza da Pesquisa

A metodologia se ocupa do estudo dos métodos adequados à transmissão do conhecimento, ou seja, é um conjunto de procedimentos que servem como instrumento para alcançar os fins de uma investigação. Segundo Freitas (2006, p.4) a pesquisa desenvolve-se através de um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. E esta investigação feita com objetivo expresso de obter o conhecimento específico e estruturado sobre a cidade de Goiás.

Desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa por não se preocupar com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou uma organização (FREITAS, 2006, p. 23). No entanto, o pesquisador não pode fazer julgamento, nem permitir que seus preconceitos ou crenças contaminem a pesquisa. Sendo assim a metodologia apoiou-se em pesquisas bibliográficas, documentais e iconográficas pertinentes ao tema proposto.

A pesquisa tem a intenção de confirmar ou não a influência do patrimônio histórico edificado e das manifestações culturais da cidade de Goiás sobre a organização da atividade turística no município seguindo o conceito de estrutura espaço-temporal em uma análise do espaço geográfico ou espaço concreto de Santos (2008). Para o autor a sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é resultado da produção em decorrência da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade.

Portanto para se compreender a organização espacial e sua evolução torna-se necessário interpretar segundo Santos (2008) a relação dialética entre estrutura, processo, função e forma.

Para Freitas (2006, p. 22) esta investigação denomina-se estudo de caso que é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos. Em termos de coleta de dados para Gil, (2002, p.141), o estudo de caso é o mais completo, por valer-se de dados mediante análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observações e análise de artefatos físicos. Sendo assim, o método adotado se caracteriza como um estudo de caso por se tratar de uma investigação específica.

2.2 Procedimentos Metodológicos

A primeira etapa se caracterizou pela coleta de dados em fontes primárias e secundárias identificando e caracterizando a paisagem edificada e o patrimônio histórico e cultural da cidade de Goiás, incluindo visitas em instituições envolvidas direta e indiretamente na atividade turística da cidade.

A investigação se iniciou no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, para identificar os imóveis tombados e seu estado de conservação e o patrimônio cultural relacionado, sendo estes de grande importância para esta etapa do estudo. Também pesquisas na Agência Goiana de Turismo - AGETUR, para identificar a realidade do turismo no município.

Foram também realizadas visitas no Museu de Artes de Goiânia – MAG, a Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira - AGEPEL para a identificação dos aspectos culturais e artísticos mais relevantes da cidade.

O levantamento de dados em campo foi através da observação que segundo Gil (1999, p. 110) é um método de investigação fundamental que possibilita conhecimentos necessários ao cotidiano de forma sistemática possibilitando o controle e a verificação.

O registro das informações foi através de entrevistas, pois para Dencker (1998, p. 139) “a entrevista deverá ser realizada sempre que o pesquisador constatar que não há outras fontes mais seguras para fornecer a informação desejada”. A seleção para as entrevistas foi aleatória, conforme a disponibilidade dos responsáveis pelo planejamento turístico da cidade. Coincidentemente todos os entrevistados pediram para que a entrevista fosse informal, de maneira que não pode ser gravada, apenas transcrita. No total foram entrevistados 10 representantes do planejamento turístico, que discutiram sobre as seguintes questões:

- Período de maior fluxo dos turistas;
- Total de turistas por ano;
- A importância do patrimônio arquitetônico e cultural para o turismo na cidade;
- O estado de conservação da memória arquitetônica e cultural;
- Estado atual da infraestrutura básica e turística do município;
- As políticas públicas aplicadas no desenvolvimento do turismo.

As fotografias como imagens adicionais serviram de apoio para complementar o processo de pesquisa, principalmente se tratar de paisagens urbanas.

E finalmente, foi realizada a junção dos dados coletados para análise e conclusão do objetivo deste estudo, pois segundo Lakatos e Marconi (2005, p. 170), “na análise, o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados [...], e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas”. Com os dados e as entrevistas disponíveis à perspectiva é fazer a

ligação com a teoria, ou seja, buscar as formas e métodos de interpretação adequados.

2.3 Análise dos Dados

Segundo Dencker (1998, p. 159), “o objetivo da análise é reunir as observações de maneira coerente e organizada, de forma que seja possível responder ao problema da pesquisa”, no caso desta pesquisa a influência do patrimônio histórico edificado e das manifestações culturais da cidade de Goiás sobre a organização da atividade turística no município. Sendo assim a interpretação buscou um sentido mais amplo nos dados históricos coletados, a partir da pesquisa documental e bibliográfica, fazendo a ponte entre eles e o conhecimento adquirido através das entrevistas e observação.

Embora os documentos fossem fontes confiáveis e permitiram levantamentos históricos aprofundados, houve a preocupação em verificar sua representatividade e procurar interpretá-los de maneira clara e correta.

Dencker (1998, p. 93), afirma ainda que é sempre conveniente a realização de uma análise descritiva para oferecer a pesquisa uma visão geral dos resultados, em seguida analisar os dados cruzados, que permite perceber as relações entre variadas informações e por fim a análise interpretativa que possibilita a leitura dos dados a partir de conceitos teóricos. E este foi o procedimento adotado para se chegar as considerações finais deste estudo.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 O Espaço Turístico e seu Planejamento

Nessa discussão temática diversos autores contribuíram para a definição dos conceitos e dos elementos essenciais à sua existência, serão utilizadas definições de Milton Santos, Boullón, Castrogiovanni, entre outros.

Santos (2008, p. 67), na obra “Espaço e Método”, discute sobre a dúvida mais freqüente entre estudiosos, que é o conceito de espaço. Para o autor espaço “constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação”.

Continuando, para Castrogiovanni (2000, p. 24) e Santos (2008, p. 12) o espaço deve ser visto como fator da evolução social, e assim, em produção e reprodução constante. Como é o movimento histórico que constrói o espaço, que é uma instância da sociedade, como instância esta contém e é contida pelas demais instâncias, econômica e cultural-ideológica.

E considerado como um fator da evolução social, para estudar o espaço é necessário compreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, categorias segundo Santos (2008, p. 67) para o entendimento da produção do espaço.

Santos (2008, p. 69) define as categorias assim:

- Forma é o aspecto visível, exterior, de um objeto. Refere-se ao arranjo ordenado desse objeto, que passa a constituir um padrão espacial.
- Função sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa.

- Estrutura é relativa ao modo como os objetos estão organizados, refere-se à maneira como estão inter-relacionados entre si, o modo de organização ou construção.
- Processo definido como uma ação contínua, desenvolvendo em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo e mudança.

A partir dessas definições Santos (2008), reafirma que individualmente esses elementos representam realidades parciais e limitadas do espaço, sendo necessário a inter-relação para a discussão dos fenômenos espaciais em sua totalidade.

Na concepção de Santos (2008, p. 68) a sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é “o resultado da produção, uma decorrência de sua história mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade. Assim a paisagem é o resultado cumulativo desses tempos, que podem sofrer adaptações em diferentes velocidades e direções.

A paisagem segundo Rodrigues (1997, p. 72) “[...] é a forma espacial presente, testemunho de formas passadas que podem ou não persistir”. E ainda reafirma que “[...] é um notável recurso turístico, desvelando alguns objetos e camuflando outros, por meio da posição do observador, quando pretende encantar ou seduzir.”

Na realidade, a paisagem é o que se vê, portanto segundo Yázigi (2002, p. 103) “[...] melhor coisa que uma cidade tem a oferecer ao turista é ela mesma, na medida em que cada cidade tem sua feição, seus sons, aromas e paisagens, seus encantos explícitos ou reservados aos poucos que se dispõe a buscá-los, cristalizados ao longo do tempo e que a torna única”.

Segundo Lynch (1997, p. 102) a paisagem urbana deve ser agradável de olhar, deve haver uma harmonia das partes, deve ser um prazer simples e automático,

um sentimento de satisfação na contemplação da cidade ao caminhar por suas ruas.

A preservação da paisagem urbana possibilita a formação de um ponto turístico, pois de acordo com Cruz (2002, p.52) o patrimônio histórico interessa ao turismo urbano por diversificar a oferta turística do lugar.

Para Dazzi (2009, p. 25) a paisagem é “um registro preciso e precioso da atividade do homem em determinado ambiente e é preciso considerar que a evolução da história, faz com que os novos meios de uso, tanto modifiquem as formas antigas, como criem novas estruturas, pensadas para fins específicos”.

Entretanto não se pode esquecer que a atividade turística por contribuir na maioria das vezes positivamente, precisa ser planejada e organizada.

Inicialmente ao se referir à cidade Boullón (2002, p. 189), destaca que são ambientes criados pelo homem com objetivo de viver em sociedade. E ainda ilustra que as cidades são sempre diferentes, pois como são construídas pelo homem possuem necessidades e características naturais locais peculiares.

Para Castrogiovanni (2000, p.31), cada cidade possui sua própria identidade, seja pequena ou uma metrópole, ela se transforma e transforma aqueles que nela interagem. E com relação à cidade turística afirma que mais do que é visto, cada momento é repleto de sentimentos e associações a significados constantemente construídos.

A existência do espaço turístico está condicionada segundo Boullón (2005, p. 30) à presença de atrativos turísticos. Cada vez que alguém empreende o deslocamento para um destes atrativos gera um conjunto de necessidades como transporte, hospedagem, alimentação, ou seja, uma infraestrutura turística exigidas para a consolidação da destinação turística.

O funcionamento do espaço turístico exige além de uma infraestrutura turística, uma superestrutura administrativa integrada por organizações públicas e privadas com o objetivo de definir e harmonizar o conjunto de normas e critérios que regulam as formas operacionais do setor (BOULLÓN, 2005, p. 31).

No entanto segundo Boullón (2005, p. 37), a tarefa de planejar o espaço turístico compete apenas ao poder público, pois além de fomentar o desenvolvimento do plano turístico, cuida de interesses protegendo e enriquecimento dos valores estéticos do espaço turístico.

E apesar do exposto uma das principais dificuldades da implantação de um projeto de planejamento turístico, é a total ausência do encadeamento da gestão local. Os interesses devem ser coletivos para minimizar impactos negativos e otimizar os positivos.

A paisagem é, sabidamente, um dos motores fundamentais do turismo (MENESES, 2002, p. 53). E o turismo é uma das indústrias de maior peso econômico em nossos dias, em crescimento contínuo, e capaz até mesmo de sustentar países desprovidos de outros recursos.

3.2 Patrimônio Imaterial

Segundo IPHAN (2009), patrimônio cultural imaterial são as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades, os grupos e em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

No que diz respeito ao patrimônio cultural e arquitetônico, muitas advertências segundo Barreto (2000, p. 7), foram feitas sobre a ameaça de deterioração dos tesouros arquitetônicos e da convivência harmoniosa entre o turismo e o legado

cultural, pois o tratamento responsável do produto turístico é um estímulo para a manutenção da identidade das populações receptoras.

Para Teles (2001, p. 61) as iniciativas de preservação do patrimônio cultural são muito anteriores as do patrimônio natural, uma vez que a concepção antropocêntrica e as preocupações de ocupação do espaço brasileiro sempre estiveram ligadas ao expansionismo mercantil.

Em 1934 a União passa a se preocupar em animar o desenvolvimento da cultura, proteger os objetos de interesse histórico e patrimônio artístico, assim começa a grande sistematização do patrimônio cultural. No entanto a partir de 1937, com a criação do SPHAN (IPHAN), até os dias atuais houve uma maior freqüência do termo preservação do patrimônio cultural a nível nacional, principalmente depois que a UNESCO começou a promover a elevação de alguns territórios com o título de Patrimônio da Humanidade (TELES 2001, p.62).

Para Rodrigues (2005, p. 17), o patrimônio cultural:

(...) além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individual, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva”.

Atualmente, há um consenso de que o patrimônio cultural inclui não apenas os bens tangíveis como também os bens intangíveis, ou seja, as manifestações artísticas e os fazeres humanos sejam eles das classes mais abastadas às menos favorecidas (BARRETO, 2000, p. 11).

Segundo Barreto (2000, p. 75), o legado cultural é um atrativo turístico que atrai um público diferenciado que busca na tradição do núcleo receptor a recuperação

da memória e da identidade local, promovendo assim um equilíbrio entre a manutenção dessa cultura e a incorporação da cultura global.

Para Ferreira & Ferreira (2003, p. 3), a cultura é a diferenciação de uma determinada civilização, é o resultado de uma história, de uma tradição e de um esforço perseverante de criações pelos quais o espírito humano se manifesta passadas de geração a geração exigindo a ampliação de conhecimentos intelectuais ou populares.

No entanto, só são culturas populares, porque são reconstruídas, reelaboradas, dinâmicas e estão constantemente em transformação, tanto na vestimenta, nos cantos, quanto nos instrumentos, mas permanecem com o mesmo conteúdo e o mesmo objetivo (FERREIRA & FERREIRA, 2003, p. 13).

Portanto diante dessas afirmações é correto confirmar que quando se trabalha com a cultura, automaticamente, está se resgatando o valor de uma comunidade e reforçando sua atratividade turística. E que através da inserção da cultura se pode também entender os comportamentos, as experiências e o desenvolvimento social e cultural de uma sociedade.

3.3 Infraestrutura Básica e Turística

Na economia moderna, Boullón (2002, p. 58) entende infra-estrutura como:

[...] disponibilidade de bens e serviços com que conta um país para sustentar suas estruturas sociais e produtivas. [...] Uma das funções primordiais da infra-estrutura “rede” é vincular entre si os assentamentos humanos e resolver as necessidade internas, a fim de permitir, nessas duas escalas, a circulação de pessoas, mercadorias, fluidos, energias e notícias.

Faz parte da infraestrutura básica elementos essenciais para a qualidade de vidas comunidades e que também beneficiam os turistas ou os empreendimentos

turísticos. E mesmo não sendo implantada exclusivamente para beneficiar os turistas contribuem para a qualidade do produto turístico (IGNARRA, 2003, p. 21).

Segundo Rodrigues (1997, p. 68) as infraestruturas são importantes elementos do espaço do turismo e que:

Além da infraestrutura de acesso, representada pela rede de transporte e comunicações, costuma-se, nos trabalhos de diagnósticos turísticos, inventariar a infraestrutura urbana, tais com rede de água, de energia, de abastecimento, de saneamento básico, de coleta de lixo e esgoto. Os serviços de apoio ao turismo, nomeadamente segurança, comunicação e saúde também podem ser classificados como pertencentes às infraestruturas.

No entanto, além desses bens e serviços atualmente a decomposição dos lixos, a coleta seletiva e reciclagem também fazem parte da infraestrutura necessária às cidades sendo elas turísticas ou não.

Assim como Rodrigues (1997), para Ignarra (2003, p. 71), a infraestrutura básica de uma destinação turística é elemento fundamental para a viabilização da atividade, ou seja, pré-condição para o desenvolvimento da atividade. E que além da estrutura básica e os serviços de apoio ao turista, ou seja, aqueles disponibilizados para a população local, mas que são utilizados também pelos turistas como: serviços bancários, de transporte, de saúde, de segurança, os serviços turísticos também são indispensáveis para que o turista possa desfrutar do atrativo. Os meios de hospedagem, os serviços de alimentação, de entretenimento, de informações turísticas e de agenciamento, entre outros precisam estar em consonância para atender com qualidades turistas e visitantes (IGNARRA, 2003, p. 21).

Se de um lado o município optou por facilitar o turismo, tem, em contrapartida, de responder pela urbanização com dignidade e técnica (YÁZIGI, 1999, p. 171). É necessário alertar o município, que essas são questões de sua atribuição, que

vêm de par em par com o desenvolvimento turístico e que têm de ser previstas em planos, leis, normas e ações.

O que dificulta a disponibilidade do poder público em reestruturar à infraestrutura de uma região são os custos que na maioria das vezes elevados trazem resultados e visibilidade apenas em longo prazo, fato que desestimulam os projetos e prioriza investimentos a outros projetos que sirvam áreas consideradas mais produtivas.

4. CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE DE GOIÁS

4.1. Caracterização Histórica-Geográfica da Cidade de Goiás

A Cidade de Goiás está localizada em um terreno acidentado as margens do Rio Vermelho⁴ de traçado inteiramente irregular, teve formação espontânea sem nenhuma norma ou orientação na organização espacial. Suas ruas são estreitas e tortuosas, suas praças são como um alargamento das vias, criando largos assim como o modelo medieval cristão das cidades portuguesas (COELHO, 1996). As casas são construídas em alvenaria, de taipa, adobe ou tijolo rebocado e caiado de branco, tendo portas e janelas em madeira pintada com cores fortes semelhante à arquitetura popular portuguesa encontrada no interior de Portugal.

Patrimônio Histórico da Humanidade está localizado ao pé da Serra Dourada, cercada de morros verdes e cortada pelo Rio Vermelho. Com vegetação variada é dividida em regiões de floresta, cerrados e campos. Com uma temperatura média anual de 23°C, o clima da cidade é seco no inverno, que vai do mês de maio ao mês de setembro e tem um período chuvoso no verão, que se inicia em outubro e termina em abril. Os meses mais quentes são setembro e outubro e os mais frios junho e julho.

A antiga capital do Estado possui uma área de 3.108 Km² e uma população estimada segundo IBGE (2009), em 2007, de 24.472 habitantes. Está localizada a 131 km de Goiânia capital do estado e a 320 km de Brasília capital federal e pode ser visitada através das rodovias GO-060 e BR-070. Na rodoviária local e de Goiânia uma boa frota de ônibus permite a viagem de hora em hora e o aeroporto local é pavimentado e homologado, com pista de 1.500 metros de distância.

A econômica do município, além do turismo e o comércio local, têm na agropecuária sua maior fonte de sustentação (IBGE, 2009). Hotéis e pousadas de

⁴ Afluente do Rio Araguaia, situado na bacia do Tocantins-Araguaia (IBGE, 2009).

arquitetura histórica proporcionam comodidade e asseguram a hospedagem na cidade e áreas de camping nos balneários da região para os adeptos ao ecoturismo.

A cidade histórica possui uma admirável riqueza arquitetônica do período colonial, restaurado e conservado com o tempo, seus museus, igrejas, coretos, chafarizes nos levam a uma viagem ao passado. Há destaque a casa da grande poetisa Cora Coralina e também a pintora Goiandira do Couto que representa a arte goiana com excelência ao pintar com as areias da Serra Dourada quadros surpreendentes. Suas riquezas naturais também garantem lazer e descanso com rios e cachoeiras.

Como produtos turísticos destacam-se também: O Palácio Conde dos Arcos, sede do governo; o Museu das Bandeiras, antiga Cadeia Municipal; o Chafariz de Cauda; Museu de Arte Sacra da Boa Morte; Casa de Fundação do Ouro, Ministério Público; Catedral de Santana; Coreto do Jardim; Cruz do Anhanguera; Igreja Nossa Senhora do Carmo; Prédio da Real Fazenda e outros de uma imensa lista.

O artesanato também faz parte da história da cidade, peças de cerâmica mantêm vivas as tradições artísticas herdadas dos antigos índios da região e escravos, os alfenins, doces tradicionais feitos de polvilho e açúcar podem ser encontrados em toda a cidade assim com as obras de Veiga Valle, reconhecido da região.

E para se discutir as circunstâncias históricas e contexto social do surgimento da cidade de Goiás foram necessários retomar os fatos sobre a formação do Estado de Goiás.

No primeiro século da colonização do Brasil, diversas expedições percorreram o atual Estado de Goiás, organizadas principalmente na Bahia e em São Paulo. A intenção das tentativas de ocupação branca era a apropriação do território e a escravização dos índios.

Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, não foi o primeiro a chegar a Goiás, mas foi o primeiro com a intenção de se fixar aqui, dentro da conjuntura do descobrimento de ouro no Brasil. Segundo Palacin (1972, p. 21), Bartolomeu era um homem tão obstinado, que preferia a morte a voltar fracassado, e acabou descobrindo ouro nas cabeceiras do Rio Vermelho, atual região da Cidade de Goiás.

A “corrida do ouro” no século XVIII, no Brasil primeiro passou pela fase do descobrimento caracterizado pela pressa e semi-anarquia, depois um breve mas brilhante período de apogeu e, imediatamente, quase sem transição, a súbita decadência (PALACIN, 1994, p.13). O que não foi diferente do ocorrido tanto no estado como na cidade de Goiás.

Primeiro foi Minas Gerais, por volta de 1600, onde um grupo de paulistas descobriu nos sertões ao norte da Capitania de São Paulo, ouro que conseqüentemente levou multidões de aventureiro. As primeiras minas foram: Ouro Preto, Rio das Velhas, Mariana, Rio das Mortes e alto Rio Doce. E no apogeu da produção de ouro em Minas Gerais, as minas de Cuiabá também foram descobertas. (PALACIN, 1994, p.13-14).

Assim, segundo Palacin (1994, p.14), “situado entre Minas, São Paulo e Mato Grosso, o ouro goiano não podia ficar oculto por muito tempo”. Para os paulistas acostumados a descobertas, a exploração desse território seria importante para facilitar a chegada a Cuiabá, que agora poderia ser por terra e não mais por via fluvial. A preocupação do governo tanto da Metrópole como da Capitania de São Paulo era a abertura, manutenção e aperfeiçoamento do caminho de Cuiabá através de Goiás.

Bertran (1988, p. 19), afirma que a decadência da mineração em Minas Gerais contribuiu para “a sedimentação dessas economias auríferas alternativas, que

tiveram fôlego por cerca de mais de duas décadas em relação a Minas, como condutoras tardias da mineração colonial”.

Conforme destaca Palacin (1994, p. 16), foi na terceira década do século XVIII que Goiás foi descoberto definitivamente, “(...) percorrido regularmente durante mais de um século pelas bandeiras, descritos seus caminhos nos roteiros, representado em São Paulo e nas demais capitanias pelos índios cativos de suas tribos, mal se pode dizer que antes do Anhanguera Goiás fosse desconhecido”.

E em relação às terras de Goiás descobertas por Anhanguera, Palacin (1994, p. 16) as descreve como:

Sem grandes obstáculos naturais, o território goiano oferecia-se aberto à penetração pelo leste, partindo de São Paulo, ou também do Rio e Bahia, e, pelo norte, remontando à corrente dos rios amazônicos. Os grandes obstáculos haveriam de ser as enormes distâncias, os desertos de vida em longos trechos de sertão, na viagem por terra; as corredeiras e cachoeiras, na vencida das águas; os índios hostis, em ambos os casos. Dificuldades graves, mas não insuperáveis, por que havia uma força motivadora.

Antes da Bandeira do Anhanguera, em 1722, a motivação predominantemente para a exploração das terras goianas foi o índio, devido a sua extinção nos grandes centros colonizadores da costa – Pernambuco, Bahia, Rio – e a dificuldade de importação, em certos períodos, de negros da África, empurravam os paulistas a dedicarem-se, ao negócio lucrativo que era o ciclo comercial do índio. “Possivelmente, o descobrimento do ouro em Minas absorvia todas as energias, mas há indícios que permitem conjecturar que, nessa época, o caminho para Goiás era tão conhecido que pequenos grupos anônimos, sem as formalidades de uma bandeira, o transitavam normalmente.” (PALACIN, 1994, p. 16-18).

A Bandeira do Anhanguera concretizou os sonhos de Goiás em fazer parte do Estado do Brasil. Conforme relata Palacin (1994, p. 19-25) os primeiros anos são:

(...) de uma atividade febril. (...) Bueno funda solenemente o primeiro arraial, o arraial de Sant'Anna. Localizado entre morros, numa quebrada no sopé da Serra Dourada, muito próximo das nascentes do Rio Vermelho, a nova povoação – que deveria converter-se doze anos depois em vila e tornar-se capital – geograficamente se encontra deslocada, como centro de operações, no território goiano, e climaticamente exposta aos rigores de uma insolação concentrada, sem ventilação. Mas a urgência do momento não admite dilações. Há ouro e água, isto basta. Este será o critério com que irão surgindo os demais arraiais.

Em 1731, o irrequieto companheiro de Bueno, Manuel Rodrigues Tomás, segundo Palacin (1994, p. 25-26), descobre as ricas jazidas na serra do Pirineus, e junto ao rio das Almas surge o arraial de Meia Ponte, hoje a cidade de Pirenópolis. Mais centralizado, com um clima mais ameno e no ponto de confluência dos caminhos de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, logo se transformou numa melhor opção para capital da província. No entanto, de imediato essa intenção foi dissipada, em 1754, o governo português informou que não seria oportuna a transferência do governo, pois como Lisboa estava ponderando gastos seria inviável a transferências não só da Casa de Fundição como de todos os prédios públicos e assim Vila Boa continuou sendo a capital da província.

Galli (2005, p. 41) também afirma que a cidade de Goiás viu-se salva de perder a condição de capital da província pela “(...) contenção econômica da coroa portuguesa, que seria obrigada a construir novamente edifícios públicos, caso incorporasse a sugestão de transferir sede da capital para Meia Ponte, em meados de 1754”.

Conforme relato de Palacin (1994, p. 27), os últimos anos da década de trinta ainda foram ricos em novos “descobertos”, mas a partir deste momento começam a faltar. Entre os anos de 1745 a 1750, ocorreram ainda três “descobertos” importantes, mas depois todos se extinguíram quase por completo e os governadores, sempre tão sensíveis ao menor sintoma de anemia da Real Fazenda, tomam como dever promover as buscas de novas jazidas.

Cabe ainda ressaltar segundo Galli (2005, p. 39), que muitos núcleos, após a febre dourada, perderam a importância econômica diante da coroa portuguesa. Alguns simplesmente desapareceram, outros deixaram poucos vestígios, para uma minoria que resistiu, investindo em outros segmentos econômicos, assim como a cidade de Goiás.

Segundo Chaul (1997, p. 28) a vida breve da mineração em Goiás teve início em 1726, declinando após a década de 1750. “O declínio pode ser observado por meio da arrecadação do quinto do ouro, que passa de 40 arrobas em 1753 para 22 arrobas em 1768 e desaba para 8 arrobas em 1788, para 4 arrobas em 1808 e chega à mísera 0,5 arroba em 1823”. O quinto, segundo a Ordenação do Reino, era uma decorrência do domínio real sobre todo o subsolo. Como senhor do Reino – direito senhorial –, o rei tinha o direito exclusivo e inalienável a todos os metais; não querendo realizar a exploração diretamente, cedia a seus súditos este direito, exigindo em troca o quinto do metal fundido e apurado, a salvo de todos os gastos”. (PALACIN, 1972, p. 59).

Em relação a atividade desenvolvida nas minas Palacin (1994, p. 28) afirma que era quase sobre-humana, a magnitude das escavações, remoção de terras e o desvio das águas deixaram às gerações posteriores vestígios de uma mineração mal planejada e devastadora que inutilizou definitivamente o legado para várias gerações.

As principais razões apresentadas por Chaul (1997, p. 29) para se entender o declínio da mineração em Goiás, estão:

(...) as técnicas rudimentares de extração e exploração de jazidas (ouro de aluvião), a falta de braços para uma exploração mais intensa das minas, a carência de capitais e uma administração preocupada apenas com o rendimento do quinto. Assim todo o potencial da Capitania era canalizado para a exploração do ouro, o que encarecia, cada vez mais, os bens de primeira necessidade. Por sua vez, as autoridades proibiam qualquer atividade que viesse a retirar mão-de-obra das minas.

Para Palacin (1994, p. 29), não há como contabilizar quantos eram os homens que realizaram esta obra de gigantes, principalmente pela extraordinária mobilidade das populações mineiras. Bertran (1988, p. 20) também afirma que desconhece o volume da população mineradora, o volume da produção total e as cifras de contrabando. No entanto Prudente (2006, p. 18) afirma no que tange à formação da população, a Capitania de Goiás em 1750 possuía pouco menos de 40.000 habitantes, tendo sua população dobrada apenas 25 anos depois. E até 1783 sua população aumentou para 80.000 habitantes entre brancos, negros e pardos.

Sendo assim é correto afirmar que o povoamento era determinado pela mineração e que esse período toda mão-de-obra disponível era empregada na extração do ouro, por isso o pouco desenvolvimento da lavoura e da pecuária em Goiás, durante os cinqüenta primeiros anos.

No entanto com a chegada da Corte Real ao Rio de Janeiro, em 1808, fugindo de Napoleão, a Proclamação da Independência e do Império, em 1822, e o fim do regime colonial, foram acompanhados de profundas modificações nas economias regionais, registrando-se forte recessão das atividades mercantis e uma complexa estruturação das atividades agropecuárias e da economia de subsistência (DOSSIÊ, 1999).

Quando a Abolição foi decretada, em 1888, quase não havia mais escravos para libertar na capital, pois as três raças – índia, portuguesa e africana – misturam-se desde o início da ocupação da região, fazendo com que o movimento pela abolição da escravatura fosse muito intenso em Goiás (DOSSIÊ, 1999).

Em 1890, Goiás contava com 10 mil habitantes e, em 1932, não tinha mais do que 8.250. Pedro Ludovico⁵ declarou que o estado não progredia em virtude da inércia da Velha Capital situada em local desfavorável. (DOSSIÊ, 1999)

⁵ Pedro Ludovico Teixeira, médico, político e intelectual, um lídimo interprete dos interesses desenvolvimentistas dos grupos políticos que pretendiam transformar Goiás em um pólo de desenvolvimento e progresso (CHAUL, 1997, 149).

De 1825 a 1933, mais de um século, portanto, Goiás viveu um período de resistência, com uma lentíssima e discreta expansão dos espaços urbanos. Novas construções adaptaram a vila às novas necessidades: hospital, biblioteca pública, teatro, seminário Episcopal e o Liceu. Foi um período no qual praticamente todo o território interior brasileiro buscou desenvolver e consolidar modos sócio-econômicos e culturais.

A ruptura política com o advento da república chegou a Goiás sem maiores tormentas. A substituição dos presidentes, nomeados pelo Imperador, por governadores eleitos, reforçou o poder oligárquico das famílias e o isolamento da cidade. Após lenta assimilação do modo republicano, iniciou-se efetivamente uma ruptura política, culminando com a construção de uma nova capital, representando os anseios progressistas que, de fato até hoje, impregnaram fortemente as nações americanas (DOSSIÊ, 1999).

Ao dia seguinte a revolução de 1930, o jovem interventor nomeado por Vargas, Pedro Ludovico Teixeira, publicou um relatório sobre a necessidade de mudança da capital de Goiás. De 1890 a 1914, não se construiu mais do que uma casa por ano e, entre 1914 e 1932, não passou de uma casa e meia, segundo o interventor. O decreto de 18 de maio de 1933 definiu a mudança da Capital. A 10 de janeiro de 1935, o arquiteto Atílio Corrêa Lima apresentou o plano urbano de Goiânia, e logo as obras se iniciaram (DOSSIÊ, 1999).

A capital do Estado de Goiás foi fundada em 24 de outubro de 1933, por Pedro Ludovico Teixeira. Com um clima úmido, a temperatura média anual é de 21,9°C, as temperaturas mais baixas ocorrem de maio a agosto, 18°C a 21°C. A primavera é estação mais quente, com médias das máximas entre 29°C e 32°C e precipitação pluviométrica é de 1487,2 mm (IBGE, 2009).

Figura 1 – Mapa Político do Brasil



Fonte: VESENTINI & VLACH, 2005.

Foi a Art Déco que inspirou os primeiros prédios de Goiânia, projetada em 1935 por Atilio Correia Lima, o acervo goiano é considerado um dos mais significativos do país. Construídos nas décadas de 40 e 50 foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pela portaria de número 507 em 18 de novembro de 2003. Estão incluídos 22 prédios e monumentos públicos (Prefeitura de Goiânia, 2009).

Segundo Arrais (2004, p. 106) “Goiânia foi pensada e, inicialmente construída segundo os princípios da arquitetura moderna, idealizada para ser uma cidade funcional e próspera, com a função administrativa”.

Projetada para 50.000 habitantes, hoje comporta numa área de 739, 49 Km² segundo o IBGE (2009), 1.281.975 habitantes. A capital transformou-se em uma metrópole e como tal apresenta problemas relacionados à infraestrutura e planejamento, mas nada comparado às grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

É importante também ressaltar a sua vocação turística, a distância entre Goiânia e algumas capitais brasileiras, potenciais centros emissores, é considerada por profissionais do turismo como ponto positivo, a localização centralizada também favorece a interligação com os mais importantes destinos turísticos goianos. E atualmente o turismo de eventos em Goiânia passa a receber especial atenção da política setorial de turismo, com investimentos e ações voltadas à instalação de infraestrutura receptiva e de suporte.

No entanto a transferência da capital, além de uma estratégia política, representou o momento da entrada de Goiás no contexto da Marcha para Oeste, fato reforçado pelas referências do presidente Getúlio Vargas sobre a importância do povoamento do interior do país (ARRAIS 2004, p. 104).

Com a transferência, em 1937, a cidade de Goiás sofreu um período de estagnação econômico até 1960, embora permanecesse a lenta expansão das áreas urbanas periféricas, registradas já desde o início do século, por imigrantes oriundos do Triângulo Mineiro como efeito direto do crescimento vegetativo da população brasileira regional. Com isso, ocorreu a consolidação das áreas de expansão, constituindo-se os primeiros bairros além das duas vertentes colaterais ao Rio vermelho (DOSSIÊ, 1999).

Em 1950 e 1951, o Palácio Conde dos Arcos, o Quartel, a Casa de Câmara e Cadeia, as principais igrejas e as praças do Palácio e do Chafariz foram tombadas como monumentos históricos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (DOSSIÊ, 1999).

A inauguração de Brasília em 1960, a capital brasileira construída em pleno planalto central, trouxe um surto desenvolvimentista que, é claro, afetou fortemente Goiás. O Estado de Goiás começou a destacar-se pelo desenvolvimento agro-pastoril, determinado pelo imenso território e pelas características geomorfológicas do cerrado. A extração de minérios se expandiu lentamente, porém, o ouro, apenas em algumas minas esparsas. Todas essas condições aumentaram as migrações e outras pressões de transformação de espaços para uso comercial, de serviços e de outras atividades antes inexistentes, de saúde, lazer e, mais recentemente, de ensino diversificado (DOSSIÊ, 1999).

Figura 2 – Foto aérea do centro histórico da Cidade de Goiás



Fonte: CARMO, Cássio, 2008.

Em 1978 se deu a expansão do tombamento na cidade de Goiás, definido por uma área urbana que, juntamente com a área de entorno, envolveu todo o sítio

histórico e parte do sítio natural das origens da cidade. Goiás é hoje um pólo micro-regional e, após 1960, torna-se anualmente a capital do Estado durante alguns dias do mês de julho, quando o Governador ocupa o Palácio edificado em 1751, pelo primeiro Capitão-General (DOSSIÊ, 1999).

Segundo Chaul (1997), Vila Boa, como era conhecida a Cidade de Goiás foi muito criticada por sua deficiência climática e difíceis comunicações. Por isso diversas intenções de mudança levaram a transferência da Capital para Goiânia. E mesmo que os caminhos da história tenham tentado tirar sua beleza e imponência para outra capital, a Cidade de Goiás continua sendo o centro das atenções e referência de todo o Estado.

4.2. Caracterização Histórica-Geográfica de Pirenópolis

Fundada em 7 de outubro de 1727 sob a denominação de “Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte”, Pirenópolis hoje é valorizada pelas tradições, turismo, história e bucolismo preservados à custa de isolamentos passados, no entanto esta ameaçada por excessos populacionais e crescimento desordenado (CARVALHO, 2007, p.13).

Enquanto a cidade de Goiás transformava as residências em prédios públicos, em Pirenópolis esses mesmos prédios eram construídos. Segundo Carvalho (2007, p. 19) em 1733, foi erguido o prédio da Casa de Câmara e Cadeia, em terreno situado em frente à Igreja Matriz que a partir de então se tornou o centro do crescimento do povoado.

A formação da cidade engloba dois períodos históricos distintos. O primeiro entre 1750 e 1800 marcado pela decadência da mineração, e a partir de 1800 a economia foi reativada com base em culturas diversificadas como algodão e cana-de-açúcar, o que fortaleceu a sua função de entreposto de abrangência regional (CARVALHO, 2007, p. 21).

Em um século a estrutura urbana pouco se modificou, a grande renovação aconteceu apenas na manutenção arquitetônica, pois como as construções eram de adobe ou pau-a-pique, materiais relativamente perecíveis necessitavam de retoques periódicos.

Isolada pela inauguração de Goiânia em 1934 e com a construção da ferrovia ligando à capital e a cidade de Anápolis a São Paulo, em 1935 a atividade comercial de Pirenópolis foi paralisada modificando a situação apenas na década de 70 com a proximidade de Brasília e todo o processo de modernização da economia do Centro-Oeste (CARVALHO, 2007, p. 23).

Figura 3 – Mapa localização Pirenópolis



Fonte: Pirenópolis, 2009.

Pirenópolis em 1966 contava 4.000 habitantes em sua área urbana, hoje sua população é estimada pelo IBGE (2009) em 20.945 habitantes distribuídos em uma área de 2.228 km².

A economia no período colonial segundo Carvalho (2007, p. 86) fundamentou-se no trabalho escravo, presente no desbravamento aurífero, no cultivo do solo, nos serviços domésticos, no artesanato local, nas fábricas de açúcar e transporte. Hoje a economia se baseia na mineração e extração de Quartzito Micáceo⁶, na pecuária de corte e leite, na fruticultura, na agricultura, principalmente arroz, cana-de-açúcar e milho, na indústria moveleira, alimentícia e tecelagem e principalmente no turismo⁷.

Pirenópolis está a 107 km de Goiânia e a 150 km de Brasília, além de vias de acesso pavimentadas em ótimas condições de acesso, conta com um aeroporto e heliporto inaugurado em agosto de 2005. Importantes empresas aéreas usufruem da infraestrutura como a GOL, TAM e RIO SUL.

Considerada município de importante potencial turístico seu conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico é monumento integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro. Atualmente, todas as obras de restauração de imóveis localizadas em áreas tombadas pelo Patrimônio Histórico Nacional são orientadas e acompanhadas pelos técnicos do IPHAN.

Segundo Carvalho (2007, p. 69) o processo de tombamento do centro histórico iniciou-se em 1985 e, após todas as etapas de regularização, foi concluído em 22 de novembro de 1989.

No entanto além do patrimônio edificado Pirenópolis dispõem de um patrimônio cultural rico e conhecido mundialmente. Encenada mundialmente pela primeira vez em 1826 as Cavalhadas de Pirenópolis, tem sua origem ligada a Portugal. É a

⁶ Pedra para pisos e revestimentos, mais conhecida como Pedra de Pirenópolis (SEPLAN, 2009).

⁷ Turismo ecológico, histórico, esportivo, de eventos, cultural e pedagógico (AGEPEL, 2009).

representação simbólica da histórica luta travada entre o Imperador do Ocidente, Carlos Magno, coroado em 800 pelo Papa Leão II, e os mouros que invadiram a Península Ibérica, pretendendo forçar os cristãos a aderirem à religião maometana. Introduzidas nos festejos em louvor ao Divino Espírito Santo fica a cargo do Imperador do Divino toda a comemoração (Carvalho, 2007, p. 116).

A festa que dura três dias, é encenada no Campo das Cavalhadas. Em 2002 a apresentação ultrapassou os limites do país e foi assistida por 35.000 pessoas na França, no Castelo de Chantilly. Uma iniciativa do governo do estado para divulgar o turismo de Pirenópolis e de Goiás.

A cidade segundo Carvalho (2007, p.174) conta com 80 locais para hospedagem (hotéis e posadas) e tem condições de hospedar cerca de 2.800 pessoas por dia, considerando-se as casas para temporada e as áreas de camping, essa capacidade de carga passa para aproximadamente 11.000 pessoas por dia.

Pirenópolis também é reconhecida pela variedade e qualidade dos seus pratos típicos e além do Festival Gastronômico que acontece todo ano sem data definida, há sempre nos finais de semana um evento diferente na cidade. Segundo a AGEPEL os eventos que mais atraem turistas são em primeiro lugar, o Canto da Primavera⁸ e, depois o Festival Gastronômico.

No ano de 2000, a cidade foi contemplada com o Projeto de Acessibilidade “Pirenópolis Sem Barreiras – Patrimônio Para Todos”, utilizando recursos do Ministério da Justiça e apoio da Prefeitura Municipal de Pirenópolis, Sociedade dos Amigos de Pirenópolis – SOAP e IPHAN. A intenção do projeto é facilitar a utilização e visitação do centro histórico por deficientes e idosos, eliminando do local todas as barreiras existentes (CARVALHO, 2007, p. 89). Os proprietários de

⁸ Festival de música regional e nacional, realizado todos os anos, mas sem data determinada (AGEPEL, 2009).

casas e comércio do centro histórico também estão se adequando a essa nova iniciativa.

Figura 4 – Centro Histórico de Pirenópolis



Fonte: (www.pirenopolis.tur.br, 2009)

A paisagem de Pirenópolis é um elemento essencial para o turismo, impondo-se como um espaço de múltiplas referências. O lugar criado por e para o turismo, se afirma como um espaço para o encontro de particularidades no convívio com a natureza e a cultura.

5. RESULTADOS DA ANÁLISE

5.1 Caracterização do Patrimônio Arquitetônico que Configura a Paisagem Edificada

Poucos são os incentivos oferecidos pelo poder público segundo Rodrigues (2005, p. 20), para a conservação de bens tombados, altos custos de manutenção das antigas construções é o argumento para justificar o descaso com o qual tratam os bens culturais.

O patrimônio ainda não foi assumido pelo poder público como objeto de políticas que favoreçam a solução de graves problemas sociais, e parece ainda não atender satisfatoriamente o desenvolvimento da indústria turística, a não ser em casos isolados e já consagrados, como o das cidades históricas (RODRIGUES 2005, p. 22).

E atualmente é crescente o número de museus que encontram no turismo uma fonte de sustentação. Segundo Barreto (2000, p. 54), os museus estão sobrevivendo não só da venda de ingressos, mas a confecção e venda de *souvenirs* e catálogos, a integração de cafés e restaurantes ao espaço do museu, incentivo a apresentações culturais, desta forma aumentam o faturamento e atraem maiores quantidades de visitantes. É o caso do Palácio Conde dos Arcos, que abriga em suas dependências um “Café” que frequentemente recebe turistas durante as visitas e apresentações artísticas, e da Casa de Cora Coralina, que segundo sua curadora, a manutenção do museu se deve principalmente pela venda de ingressos e dos livros da poetisa Cora Coralina.

Levando em consideração de afirmação de Santos (2008, p. 67), “que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação” e utilizando as categorias do método geográfico percebe-se que a forma se manteve pela arquitetura colonial que configura a paisagem edificada. Em contra partida a função foi modificada, ou seja, foi se transformando devido o

processo de decadência do ouro e a transferência da capital, os prédios públicos se transformaram em atrativos turísticos. Conseqüentemente a estrutura, que diz respeito à dinâmica social, econômica e política acompanhou as mudanças do processo. Sendo assim as mudanças não puderam recriar as formas, mas devido as transformações houve a necessidade de utilizar essas “rugosidades” do espaço para novas funções.

Para Moraes e Borba (2003, p. 123) a paisagem urbana da Cidade de Goiás representa uma parte do patrimônio histórico de Goiás, por isso, alguns a denominam “museu aberto”. No entanto, essa riqueza histórica não está numa ornamentação grandiosa. O complexo histórico da Cidade de Goiás representa também as dificuldades dos primeiros anos de ocupação do Estado: um estado pobre à margem do processo produtivo do país e de arquitetura também simples; ao contrário de muitas outras cidades históricas do Brasil que apresentam uma arquitetura mais pomposa. A preocupação com o legado histórico da Cidade de Goiás tem como fim principal utilizar essa herança como atrativo para o turismo.

Diversos autores discorrem sobre a paisagem edificada da Cidade de Goiás, mas para este estudo, será utilizada a descrição de Gustavo Neiva Coelho pela sua competência e sensibilidade ao perceber detalhes tão importantes para a história do Patrimônio.

Segundo Coelho (1996) ao estudar a arquitetura da cidade de Goiás é possível observar o modelo tradicional português, que apesar da simplicidade do material diferencia esse núcleo de outras regiões de mineração da colônia.

Com relação às construções residenciais poucas são as casas assobradadas, predominando as térreas, uma característica própria da cidade em relação a outras do mesmo período. Também nos edifícios religiosos se predomina a construção simples com dimensões reduzidas referenciando as capelas rurais portuguesas, assim como a arquitetura sóbria dos edifícios oficiais.

O IPHAN é responsável pelas seguintes propriedades: Casa do Bispo, atual sede do IPHAN; Museu das Bandeiras; Sobrado da Real Fazenda e Casa de Fundação. Através de Convênio, mantém apoio administrativo ao Museu de Arte Sacra.

Casa de Câmara e Cadeia

Antiga cadeia municipal a Casa de Câmara e Cadeia foi construída em 1761 obedecendo a um projeto mandado da corte especialmente para esse fim. Hoje Museu das Bandeiras é um dos edifícios mais imponentes da cidade e sob a responsabilidade do IPHAN. Está situada na parte mais alta de uma das principais praças da cidade, a Praça Dr. Brasil Caiado também conhecida como Largo do Chafariz.

Seguindo normas desse tipo de edificação no pavimento térreo encontra-se a cadeia onde ainda é possível ver os ferros que prendiam escravos para punições e no pavimento superior estão os salões que eram destinados as atividades legislativas e judiciárias da antiga capital.

Na fachada visualizamos na parte inferior uma porta central de grandes proporções ladeada de janelas gradeadas e na parte superior, várias janelas de balcão e mais acima uma pequena torre que abriga um sino.

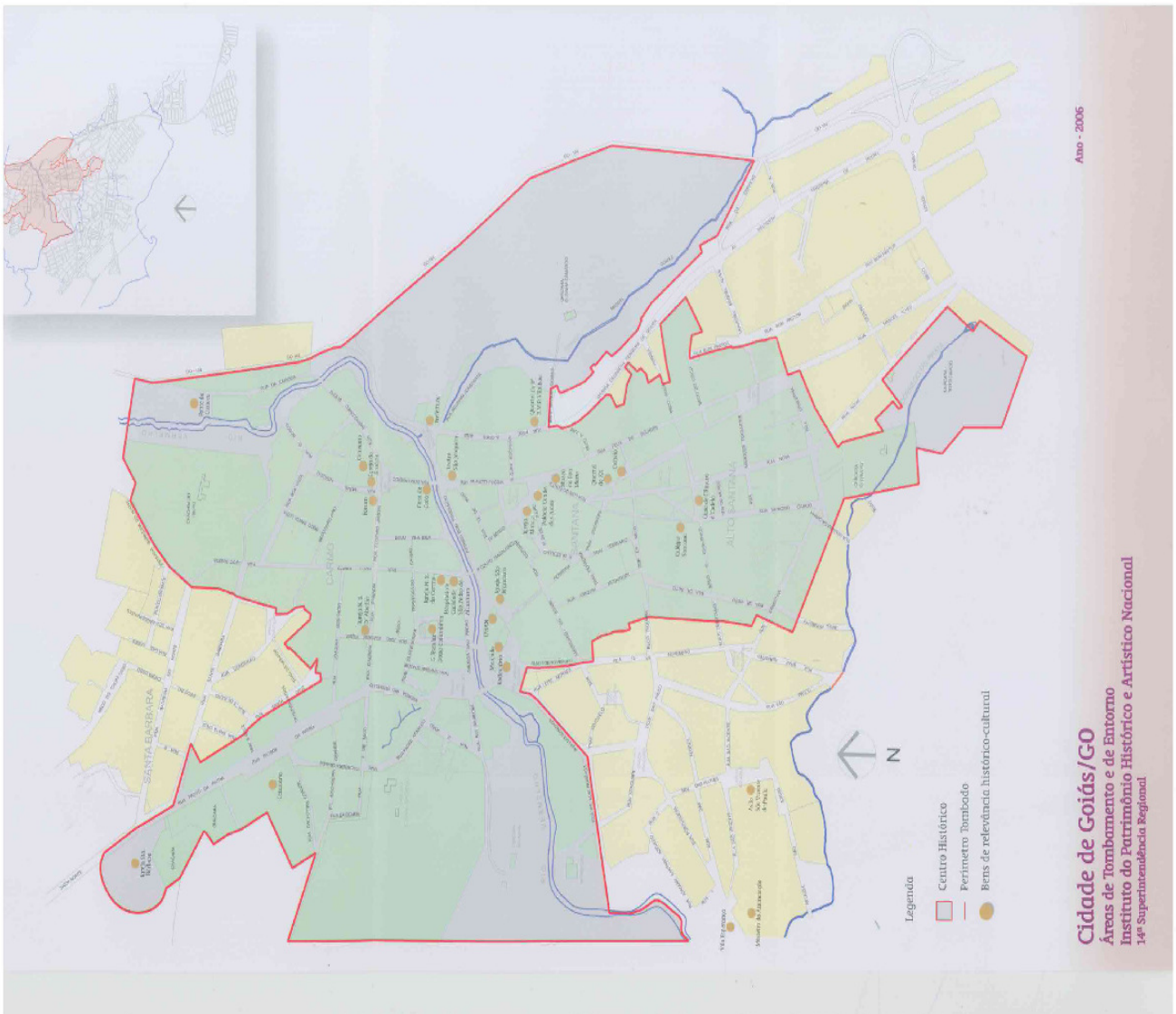
Após sua transformação em museu a Casa da Câmara e Cadeia sofreu algumas modificações internas para facilitar o acesso dos visitantes, mas nada que comprometesse sua função original. A história sobre o local é contada pelos guias, que entre outras informações mostram as salas em que os prisioneiros ficavam alojados sem ver a luz do sol.

Figura 5 – Foto Casa de Câmara e Cadeia



Fonte: Autora, Nov. 2009.

Os arquivos do Museu das Bandeiras guardam, além de inúmeros documentos que remontam ao período colonial, ricas coleções iconográficas entre as quais mais de 400 peças ligadas à história da ocupação da região centro-oeste e à formação da sociedade do Estado de Goiás.



Chafariz de Cauda da Boa Morte

Outro patrimônio é o Chafariz de Cauda da Boa Morte construído em 1778 com a finalidade de abastecer de água a parte da cidade localizada a margem esquerda do Rio Vermelho. Foi construído em alvenaria de pedra, com detalhes em pedra sabão. Além das bicas que forneciam água a população, na parte externa encontram-se dois tanques que eram reservados aos animais, pois como no século XVIII, a maioria das ruas de Goiás não era pavimentada, o transporte era feito por tração animal, e bancos de pedra em seu pátio central para o conforto da população.

Figura 6 – Foto Chafariz de Cauda da Boa Morte



Fonte: Autora, Nov. 2009.

Em 2001, depois de anos de abastecimento interrompido pela poluição da nascente o Chafariz retornou a funcionar com água da rede pública.

Chafariz da Carioca

O Chafariz da Carioca foi a primeira fonte pública de abastecimento de água dos moradores da margem direita do Rio Vermelho. Encontra-se na antiga entrada da cidade, um lugar muito procurado pelos banhistas e ponto de referência para o turista. Atualmente está cercado por um complexo de lazer com jardins, restaurantes, parque infantil e local de banho.

Quartel do XX

Na mesma Praça Dr. Brasil Caiado encontra-se o mais antigo edifício oficial implantado em território goiano o Quartel do XX que surgiu em 1747 após várias reformas realizadas em residências para transformá-las em uma edificação militar.

Figura 7 – Foto Quartel do XX



Fonte: Autora, Nov. 2009.

Edifício sóbrio com um pavimento avarandado que contorna um pátio central de grandes proporções foi construído em taipa-de-pilão e adobe, pisos de pedra e seixo rolado sobre barro e argamassa e de menzanela, que são tijolos quadrados de barro cozido. Atualmente o prédio abriga a Corporação Militar e o Arquivo da Prefeitura.

Casa da Fundação

A Casa da Fundação, edifício que marcou a história econômica do estado por sua função, esta localizada na Rua Luiz do Couto no centro histórico da cidade e abriga hoje a representação do Ministério Público.

Em janeiro de 1752 após várias adaptações realizadas em edifícios residenciais teve início a atividade de fundição. Logo após a decadência da mineração o edifício foi usado pela Tipografia Provincial, foi também utilizado como depósito de artigos bélicos e sede local da Justiça Federal.

Segundo Coelho (1999) em 1922 o prédio teve sua fachada refeita com características da arquitetura eclética que estava sendo usada em todo o país.

Palácio Conde dos Arcos

Segundo Gomes (2005, p. 27) os museus brasileiros possuem acervos preciosos, mas em muitos casos subaproveitados, uma vez que grande número de instituições atua à margem dos princípios museológicos.

Por outro lado, a ausência de incentivo e de divulgação mais agressiva cria um círculo vicioso, que afasta o turista dos museus e ao mesmo tempo impede que o museu se reestruture para atingir um público mais amplo (GOMES, 2005, p. 28)

O Palácio Conde dos Arcos que atualmente abriga um Museu com esse mesmo nome serviu como residência dos governadores do estado até 1937. Mesmo com a capital transferida para Goiânia o Palácio ainda se torna sede do governo do estado no período de 25 a 27 do mês de julho por ocasião do aniversário da cidade e também durante outras festividades como: a Semana Santa e o FICA.

O Palácio assim como a maioria dos prédios públicos da cidade surgiu da adaptação de edificações residenciais. Apesar de possuir também uma arquitetura simples e um dos prédios que tem uma decoração mais elaborada. A mobília e os cômodos são claros e arejados, há um jardim interno cheio de flores e a sensação de voltar ao passado faz do Palácio Condes dos Arcos um dos lugares mais visitados da cidade.

Figura 8 – Foto Palácio Conde dos Arcos



Fonte: Autora, Nov. 2009.

Segundo o Curador do Palácio José Filho Costa Pereira Amâncio, o museu também disponibiliza seus espaços para a divulgação e utilização artística, um exemplo é da Escola Infantil Letras de Alfenim ensaiam com o coral três vezes na semana. Há também um projeto intitulado “Uma Noite no Museu” que proporciona uma visita noturna em suas dependências a turista e moradores.

É de responsabilidade da AGEPEL a manutenção e fiscalização do Palácio Conde dos Arcos, que afirma receber anualmente, fora do período de eventos, 18.051 visitantes e em sua grande maioria mulheres.

Apesar da sua importância o curador ressalta que não há reservas técnica no referido museu.

Casa do Bispo

Um dos edifícios históricos que mais se destacam no cenário urbano da cidade de Goiás, a Casa do Bispo é a sede do Escritório Técnico vinculado a 14ª Superintendência Regional, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

A data exata da construção da casa e o nome de seus primeiros moradores se perderam no tempo, mas um dos principais registros iconográficos de Goiás, datado de 1827, já apresentava a edificação atualmente denominada Casa do Bispo.

Figura 9 – Foto Casa do Bispo



Fonte: Autora, Nov. 2009.

Localizada na Praça Zacheu Alves de Castro, à margem esquerda da Avenida Sebastião Fleury Curado e do Rio Vermelho, a Casa do Bispo fica num plano mais elevado que as demais edificações da avenida, numa posição resguardada às enchentes do rio.

O imóvel pertenceu à Diocese de Goiás e às tradicionais famílias da cidade em períodos sucessivos, sendo seu último proprietário o Banco do Estado de Goiás que, em junho de 1984, o revendeu ao IPHAN.

A restauração do prédio foi realizada em dois anos e meio, com recursos da União: os acréscimos desnecessários foram demolidos, partes alteradas e deterioradas foram recompostas, foram construídos banheiros e copa. No final de 1987 a Casa do Bispo foi reinaugurada, inteiramente restaurada e mobiliada para receber o escritório da representação do IPHAN, que abriga até hoje.

Edifício da Real Fazenda

O edifício da Real Fazenda teve sua construção entre 1773 e 1751. Construída em taipa-de-pilão e piso em tabuado largo, conserva até hoje paredes revestidas com pranchas de aroeira que se destinava a segurança do ouro ali guardado. Edificação de dois andares chegou a ser indicada para residência oficial em decorrência da sua imponência. Já no século XX recebeu elementos neoclássicos em sua fachada.

Figura 10 – Foto Edifício da Real Fazenda



Fonte: Autora, Nov. 2009.

Foi utilizado pela Secretaria da Fazenda, pelo Departamento de Correios e Telégrafos e pela Ação Social, agora abriga a Delegacia Fiscal do Estado, mas não impede a visitação pública.

Casa de Cora Coralina

A Casa de Cora Coralina para Coelho (1999) representa o modelo típico da arquitetura residencial desenvolvida no Brasil durante o período da colônia. O edifício é composto por duas residências que abrigam um museu que reconta a

história da poetisa e da Cidade de Goiás, e um miniauditório para a realização de eventos culturais.

Figura 11 – Foto Casa de Cora Coralina



Fonte: Autora, Nov. 2009.

Para Gomes (2005, p. 34) a relação entre museus e turismo seja ainda incipiente, ela representa segmento de mercado a ser trabalhado. São necessários investimentos por parte dos museus, das comunidades envolvidas e dos setores ligados ao turismo.

A curadora do Museu Casa Cora Coralina, Marlene Velasco, o período de maior fluxo de turistas é durante as festas de final de ano. Em 2009, 20.028 turistas visitaram o museu e sua grande maioria da região sul e sudeste.

Em suas dependências a reserva técnica destina-se ao acervo documental que ainda passa por catalogação e digitalização para futuramente ser disponibilizado aos visitantes.

Segundo a Senhora Marlene o Museu é particular e depende da bilheteria e da loja de lembranças para sua manutenção.

Mercado Municipal

O Mercado Municipal esta localizado entre a Estação Rodoviária e a Igreja de São Francisco de Paula. O prédio original é composto de um único corpo, mas após algumas reformas apresenta outro conjunto de salas que tem acesso tanto para o interior do pátio do mercado quanto para o lado externo de frente a Rodoviária.

A fachada é decorada com elementos próprios do ecletismo, sua construção é em alvenaria de tijolos, mas com alguns resquícios de adobe e decoração em relevo em massa forte de reboco.

Figura 12 – Foto Mercado Municipal



Fonte: Autora, Nov. 2009.

E mantém ainda hoje as tradições locais reforçando a oferta turística da gastronomia e produtos característicos da região, segundo Bariani Ortencio ([s.d.], p. 54), “é tradicional da Cidade de Goiás, antiga capital do estado (...) o hobby dos homens é ir ao mercado comer bolo-de-arroz, pela manhã, e ficar no bate-papo acolhedor, interminável” (MOLINA, p. 133, 2001).

Cruz do Anhanguera

A Cruz do Anhanguera foi entregue a cidade em 1918, pelo poeta e escritor Luiz do Couto e está instalada às margens do Rio Vermelho bem a frente da Casa de Cora Coralina. Durante a grande enchente do dia 31 de dezembro de 2001, quando vários monumentos foram destruídos, a Cruz foi levada pelas águas, mas recuperada em 2002.

Figura 13 – Foto Casa de Câmara e Cadeia



Fonte: Autora, Nov. 2009.

Como pode ser percebido, a Cidade de Goiás tem uma importância significativa no Estado como um dos principais pontos turísticos e a Cruz do Anhanguera é considerada pelos turistas como ponto de partida para as descobertas no centro histórico.

Teatro São Joaquim

O Teatro São Joaquim é o teatro mais antigo do Estado e o primeiro do Centro-Oeste. Inaugurado em 1857, no Beco da Lapa, na Cidade de Goiás, foi transferido, em 1992, para o Cine-teatro Anhanguera. Logo no início, o teatro exibia peças dos grandes centros, São Paulo e Rio de Janeiro. Com a mudança da capital e, conseqüentemente, transferência dos funcionários para Goiânia, o Teatro São Joaquim entrou em decadência e, algum tempo depois, transformou-se em ruínas. Em 1992, o sonho de muitos goianos se tornou realidade: o Teatro São Joaquim voltou a ser palco de grandes espetáculos e um espaço cultural importante para a Cidade de Goiás, que apresenta grupos teatrais locais, espetáculos diversos e festivais regionais. O teatro ganhou recentemente projetor que lhe devolveu a antiga condição de cinema e, com isso, tornou-se suporte na realização do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica) (AGEPEL, 2009).

Figura 14 – Foto Teatro São Joaquim



Fonte: Autora, Nov. 2009.

Igreja Nossa Senhora da Boa Morte

A Igreja Nossa Senhora da Boa Morte teve sua construção concluída em 1779 pela Irmandade dos Homens Pardos depois que os militares foram impedidos de concluir a obra iniciada por eles em decorrência de uma proibição real que não permitia que militares fossem proprietários de igrejas.

Toda a obra é feita em alvenaria de pedra, rebocadas e caiadas de branco. Coelho (1999) afirma que é a única edificação na cidade que apresenta elementos característicos do barroco em sua fachada.

Figura 15 – Foto Igreja Nossa Senhora da Boa Morte



Fonte: Autora, Nov. 2009.

Em 1921 um incêndio destruiu parte da igreja e várias obras de Veiga Valle e desde 1967 passou a sediar o Museu de Arte Sacra da Boa Morte.

Igreja Matriz de Santana

A Igreja Matriz de Santana, Catedral da Cidade de Goiás teve sua construção iniciada em 1743 após a demolição da primeira capela construída pelos fundadores do Arraial em 1727. Durante todos esses anos passou por inúmeras reformas, tanto pela má qualidade da construção, quanto pela alteração de projeto. Somente em 1998 a obra foi finalmente concluída e entregue a população e aos visitantes.

Figura 16 – Foto Igreja Matriz de Santana



Fonte: Autora, Nov. 2009.

Igreja de São Francisco de Paula

Terceiro templo edificado na Cidade de Goiás a Igreja de São Francisco de Paula foi concluída em 1761. Hoje sede da Irmandade do Senhor dos Passos tem sua construção a mesma simplicidade que caracteriza as outras igrejas da cidade. Durante a semana Santa é o ponto crucial da Procissão do Fogaréu onde Cristo é preso e crucificado.

Figura 17 – Foto Igreja de São Francisco de Paula



Fonte: Autora, Nov. 2009.

Igreja de Nossa Senhora do Carmo

A Igreja de Nossa Senhora do Carmo esta situada na Rua Couto de Magalhães antiga Rua do Carmo entre o Hospital de Caridade e construções residenciais. Assim como todas apresenta linhas arquitetônicas simples e modestas.

Atualmente é aberta à visitação apenas no período da Festa de Nossa Senhora do Carmo e em temporada de férias quando a cidade recebe muitos turistas.

Igreja de Nossa Senhora da Abadia

Uma das últimas edifica es religiosa construídas na cidade a Igreja de Nossa Senhora da Abadia segundo Coelho (1999) apesar de sua simplicidade é a edifica o que mais se destaca pela sua volumetria e jogo de planos do conjunto. Assim como a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, recebe visitante apenas em datas especiais.

Igreja de Santa Bárbara

A Igreja de Santa Bárbara é um local muito procurado pelos turistas e moradores da cidade. Para se chegar a Igreja   necessário subir 52 degraus, hoje de cimento, mas inicialmente era de pedra-sabão.

É uma das fachadas mais simples de todas as outras mencionadas, foi construída em blocos de pedra-sabão aparelhados em adobe. Infelizmente por seu estado precário está sendo aberta aos visitantes e fiéis apenas durante a festa da padroeira que acontece em dezembro. Localizada na saída da cidade para o norte oferece a mais bela vista da cidade.

Segundo Boullón (2005, p.31) o funcionamento do espaço turístico exige uma superestrutura administrativa onde empresas privadas e o Estado devem definir e harmonizar o conjunto de normas que regulamentam as formas operacionais do setor. Afirmando ainda que:

Os atrativos turísticos são a base funcional de um município turístico, representam a matéria-prima sem a qual é impossível pensar em desenvolvê-los tur sticamente. Apesar de sempre ser possível criar algum novo atrativo pertencente ao nível hierárquico de acontecimentos programados [...], os centros turísticos estão condicionados pela presença, quantidade e hierarquia de atrativos das outras categorias:

locais naturais, museus e manifestações culturais, folclore e realizações técnicas, científicas ou artísticas contemporâneas. (BOULLÓN, 2005).

O patrimônio da Cidade de Goiás como um todo, segundo a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Trânsito de Goiás, encontra-se em perfeito estado de conservação, a cidade ainda guarda muitas histórias e um casario colonial autêntico. A sua manutenção e conservação é de responsabilidade da Prefeitura Municipal, Estado e União, sob a fiscalização da UNESCO, que concedeu à cidade o título de Patrimônio da Humanidade em 27 de junho de 2001.

Nesta pesquisa percebe-se os museus vêm permitindo um maior envolvimento com o público, mostrando objetos da cultura de forma mais crítica, permitindo um diálogo mais contextualizado e de fácil compreensão.

5.2 As Manifestações Culturais Mais Significativas Enquanto Atrativo Turístico

Para Barreto (2000, p. 19) analisar o turismo cultural segundo o critério da motivação, aparece uma quase infinita variedade de possibilidades, pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo, o turismo cultural seria caracterizado pela procura por estudos, cultura, artes cênicas, festivais, monumentos, sítios históricos ou arqueológicos, manifestações folclóricas ou peregrinações (BARRETO, 2000, p. 20).

5.2.1. Festas

Além da liberação momentânea, as festas apresentam um caráter ideológico uma vez que comemorar é, antes de tudo, conservar algo que ficou na memória coletiva. A dramatização dos símbolos e das alegorias da festa tende a justificar

ou explicar interesses espirituais e materiais, constantemente alterados no decorrer de sua existência. (Moura 2005, p. 38). E em face de tais interesses Moura caracteriza as festas populares brasileiras como:

- Religiosas – ministrados por sacerdotes ou por pessoas autorizadas pela Igreja, como missa, procissão, bênção, novena e reza.
- Profano-religiosa – ministrados por leigos com aprovação do sacerdote, homenageando as figuras sacras, de modo alegre e festivo: levantamento de mastro, bailados como congados, folia de reis, Império do Divino, Reinado do Rosário, Pastorinhas.
- Profanas – têm caráter de diversão. Visam segurar os visitantes mais tempo nas festas: leilões, danças, comidas, barraquinhas e folguedos como malhação do Judas, bumba-meu-boi, pau-de-sebo, cavalhada e outros”.

A beleza das festas que celebram as vidas dos santos nem sempre conservam a autenticidade de suas origens devocionais, mais constituem-se num dos principais atrativos turísticos do Brasil (...). As festas, grande motor do turismo nacional, constitui, assim, um dos grandes patrimônios culturais de nosso país (MOURA, 2005, p. 49).

CARNAVAL

Segundo Moura (2005, p. 42) no Brasil, a festa popular chegou aos primórdios do século XVIII. Era uma brincadeira das classes privilegiadas que consistia em divertidas batalhas de “limões de cheiro”, feitos de cera, em forma de frutas, cheios de água, perfumes e tintas. No final da época monárquica começaram as proibições da brincadeira por causa dos excessos. Era comum atirar baldes ou urinóis com líquidos coloridos e excrementos. No começo da época republicana, a burguesia em ascensão resolveu imitar o carnaval de Veneza com blocos de máscaras e fantasias desfilando em carros alegóricos.

O carnaval da cidade de Goiás também conquistou o ar livre, já não existe bailes em clubes, formam-se blocos, e os festeiros saiam as ruas, jogando confete e serpentina nos espectadores e as marchinhas e o desfile tomam conta das ruas do centro histórico. Durante três dias, a cidade vive momentos de alegria e, na quarta-feira de cinzas, “enterra-se” o carnaval.

No entanto além desses blocos, hoje há as escolas de samba, que disputam e competem todos os anos, trabalhando em cima de um tema deixando a diversão de lado, priorizando essas disputas, no intuito de conquistar as melhores colocações ou até de ganhar os primeiros lugares. Para tanto, as escolas estão cada vez mais luxuosas e fazendo espetáculos que também encantam os visitantes. Mesmo com tal caráter, o que se percebe é que o turista ainda prefere o carnaval de rua, de marchinhas de família, uma manifestação popular para se divertir e distrair-se.

A Agência Goiana de Cultura (Agepel), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e entidades civis da Cidade de Goiás gestionaram junto à prefeitura municipal para que, a partir do ano de 2008, o Carnaval de rua permanecesse restrito à Praça do Chafariz. A intenção era evitar que os abusos verificados nos anos anteriores, durante os festejos carnavalescos, continuassem colocando em risco o trabalho de preservação do centro histórico da antiga capital de Goiás. De acordo com o diretor do Palácio Conde dos Arcos, José Filho Costa Pereira Amâncio, que representa a Agepel no comitê Pró-Goiás, a expansão e potencialização da festa de rua a partir da Praça do Coreto tende a provocar danos estruturais na arquitetura vilaboense.

A Semana Santa e a Procissão do Fogaréu

Para Moura (2005, p. 43) a celebração da Semana Santa, que é uma lembrança da vida de Jesus Cristo, obedece a três estratos intelectuais. O primeiro é o erudito, por meio dos rituais herdados da Idade Média, no interior dos

templos católicos, muitas vezes celebrados em latim com requintes de expressões verbais e cenográficos, a exemplo do sermão de descendimento da cruz; o lava-pés; o círio pascal e outras cerimônias. O segundo, de caráter popular, corresponde às encenações da paixão e morte de Cristo; a procissão de encontro e a procissão de enterro. O terceiro nível, o folclórico, está ligado ao rompimento das aleluias que pode ocorrer no sábado ou no domingo de Páscoa. São eventos de iniciativa popular no final da Semana Santa, e quase sempre redonda em carnaval ou na Folia do Divino.

Celebração de mais de 200 anos de tradição, a Procissão do Fogaréu é uma das manifestações religiosas mais festejadas na Cidade de Goiás. Na quarta-feira da Semana Santa, a meia noite, a encenação sobre a Paixão de Cristo encanta turistas curiosos e moradores devotados.

Os 40 farricocos (penitentes e mantenedores da ordem) que encenam as principais passagens bíblicas que precedem a crucificação de Cristo são homens descalços, encapuzados e com vestes coloridas, que carregam tochas acesas entre as ruas escuras da cidade. A procissão tem início na Igreja da Boa Morte e o trajeto percorrido representa o caminho dos romanos até a prisão de Jesus Cristo.

A primeira parada é diante da porta da Igreja do Rosário, onde os farricocos encontram os “restos da última ceia”. Após a pregação religiosa os perseguidores seguem em direção a Igreja de São Francisco, que representa o Monte das Oliveiras. Com um estandarte simbolizando Jesus Cristo, um dos farricocos anuncia, ao som dos clarinetes, a prisão do Filho de Deus. Moradores e turistas ainda acompanham os Farricocos até a Igreja da Boa Morte para encerrar a procissão que dura cerca de uma hora e meia.

Figura 18 – Farricocos durante a Procissão do Fogaréu



Fonte: Peres, Jul. 2008.

A encenação do Lava-Pés na quinta-feira e a Paixão de Cristo na sexta-feira santa também fazem parte da celebração da Semana Santa. Essa tradição espanhola foi introduzida na antiga capital pelo padre espanhol João Perestelo de Vasconcelos Espíndola, em 1745.

Figura 19 – Farricocos durante a Procissão do Fogaréu



Fonte: Peres, Jul. 2008.

A Semana Santa da Cidade de Goiás é considerada uma das mais belas e tradicionais festas religiosas do Brasil.

FESTA DO DIVINO

A denominação “Divino” ou “Espírito Santo” é dada pela teologia cristã a uma das três pessoas da Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo. Assim a Festa do Divino denominada popularmente no calendário cristão corresponde a “Pentecostes”⁹.

A crença no Espírito Santo é reconhecida como uma das principais manifestações religiosas do Estado de Goiás. Ligada ao período o ciclo da mineração se tornou tradição principalmente nas antigas cidades goianas do século XVIII.

O culto ao Divino foi introduzido em Portugal, pela Rainha Isabel (1271 – 1336) no século XIII, quando o país estava em guerra com a Espanha, e para que houvesse a paz, essa monarca, fez uma promessa de alimentar e vestir aos necessitados, como também oferecer sua coroa ao Divino Espírito Santo. Alcançada a graça, a rainha, levou à igreja a sua coroa em donativo no domingo de Pentecostes, distribuiu alimentos e roupas aos pobres e desde então, se repetiu esse gesto a cada ano, criando a tradição que se espalhou por outros lugares, e a cada ano era maior a repercussão, e as promessas feitas durante o ano eram pagas na festividade do Divino Espírito Santo (O GOYAZ, maio. 2002, p. 3).

As funções milagrosas e caritativas permanecem até hoje, a festa se popularizou, misturando as manifestações religiosas e profanas como uma forma de alegria, conagração, solidariedade, pois nessa festa todos os participantes ajudam com donativos, prendas, ou mesmo com o próprio trabalho na preparação da comemoração, onde todos trabalham e se divertem juntos (OVAT, 2009).

⁹ Festa Católica 50 dias após a Páscoa, que celebra a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos (HOUAISS, 2004).

A devoção ao Divino Espírito Santo chegou ao Brasil no séc. XVI e em menos de 200 anos, já era praticada em todos os Estados, nos mesmos moldes que em Portugal, com os cargos e funções que ali existiam (OVAT, 2009).

Ela foi registrada por Pohl em 1819, em Traíras no norte do Estado de Goiás e em Pirenópolis eventa-se a hipótese de se haverem estabelecido as comemorações do Divino na segunda metade do século XVIII, mas Jarbas Jaime, registra como 1º Imperador Joaquim da Costa Taveira em 1819 (O GOYAZ, maio. 2002, p. 3).

Segundo a OVAT (2009) em 1834, o Imperador do Brasil, ofereceu a Província de Goiás as insígnias do Divino através do Presidente da Província José Rodrigues Jardim, para que o mesmo, juntamente com a igreja, introduzisse na Província a Devoção do Divino, e que esta fosse organizada aos moldes da Corte. De fato no fundo das insígnias está gravado: 1834 Divino Espírito Santo.

Baseado ainda nos dados do historiador João da Costa Oliveira que em, 1871, o vigário geral Cônego José Iria Xavier Nascimento Serradourada, reuniu um grupo de senhores da cidade para sortear os cargos que oficialmente são responsáveis pela festa, ou seja: Imperador, Alferes da Bandeira, Capitães do Mastro e Mordomo das Fogueiras (O GOYAZ, maio. 2002, p. 3).

As denominações dos cargos obedecem à hierarquia da Corte Portuguesa, e que para aqui foram transferidos em obediência à tradição: o **Imperador** é a figura mais importante da festividade, pessoa responsável para organizar e arcar com as despesas; o **Alferes da Bandeira** além guardar a Bandeira do Mastro, organiza o roteiro de visita da Bandeira durante dois meses em casa dos seis **Capitães do Mastro**, que são responsáveis pelo preparo do mastro e o foguetório do levantamento do mastro; e **Mordomos da Fogueira** responsáveis pelas três fogueiras na praça da matriz com objetivo de iluminar e aquecer a mesma (O GOYAZ, maio. 2002, p. 3).

As funções milagrosas e caritativas, traço predominante nos atos da Rainha, permanecem até hoje como elemento indispensável às manifestações de devoção ao Espírito Santo na cura de doenças, no salvamento de desastres, na cura das epidemias e pestes animais, na fartura das casas e das colheitas etc.

5.2.2. Literatura

Uma das áreas culturais que mais receberam estímulo no estado de Goiás através da Agepel foi a literatura. Nesse esforço, segundo a AGEPEL marcou presença o maior programa de publicações literárias mantido por governos estaduais em todo o País. Este programa reuniu os concursos: Bolsa de Publicações Cora Coralina, que prevê a publicação semestral de livros nos gêneros poesia e prosa, coleções Karajá (obras clássicas), Pali Palã (livros de bolso), Aldebarã (dramaturgia) e Supernova (literatura infantil), todos coordenados pelo Instituto Goiano do Livro (unidade da Agepel) e também o projeto desenvolvido pela Agência Goiana de Cultura (Agepel) a Coleção José J. Veiga, que publicou livros de autores já consagrados e/ou com edições esgotadas.

Cora Coralina

As narrativas cotidianas da poetisa Cora Coralina fizeram parte de um evento, de 29 de setembro a 13 de dezembro de 2009, no Museu da Língua Portuguesa, que celebrou os 120 anos do nascimento de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas. A exposição Cora Coralina - Coração do Brasil exibiu um grande painel com imagens do universo da poetisa, manuscritos, cartas, livros, recortes de jornais, revistas e fotografias. (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2009).

Segundo a curadora Júlia Peregrino, um dos destaques da exposição foi um caderno em que Cora colocava fotos da sua cidade natal, e, para cada uma das

imagens, escrevia um poema diferente. Outra novidade foi o livro de receitas da escritora, original, emprestado por Vicência Brêtas Tahan, filha de Cora. (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2009).

A intenção da mostra foi buscar novos leitores para os livros de Cora Coralina e lançar o livro Cora Coralina - Doceira e Poeta, obra que traz receitas e homenageia a goiana.

Considerada personagem e símbolo da tradição da Cidade de Goiás, Ana Lins dos Guimarães Peixoto, nasceu em 20 de agosto de 1889, na casa em que pertencia à sua família na antiga Vila Boa. Ana, nome escolhido pela avó, devido ardorosa devoção a Sant'Anna padroeira da Cidade de Goiás, nasceu dois meses antes da morte de seu pai o Desembargador Dr. Francisco. (TAHAN, 2002, p.10).

Segundo Tahan (2002, p. 14-19) a pequena Ana, além de pernas moles, preguiçosa, apática, fraca fisicamente, não é das que se sobressaem entre as coleguinhas e as irmãs na escola, só lhe sobram recriminações e indiferenças aos olhos da mãe D. Jachinta. Porém após o primeiro ano de escola Aninha começa a se integrar e compreender melhor o palavreado adequado, direto e solene da professora e começa a tomar gosto pelas letras se tornando uma leitora apaixonada.

Depois de lecionar por cinqüenta anos, a velha mestra resolve se aposentar e D. Jacintha resolve retirar as filhas do estudo, pois presumia que já sabiam o suficiente e precisavam se aprimorar nos bordados e na culinária, mais importante e necessário naquela época para as moças (TAHAN, 2002, p. 26-27).

Ana era considerada desenxabida e estabanada¹⁰, para a família jamais se casaria, pois até os dezesseis anos jamais tivera sequer um namorico. No entanto ao conhecer José, filho de uns compadres de sua mãe, que estudava no Rio de Janeiro Ana se enamorou, mas não durou muito, a mãe do rapaz logo o mandou

¹⁰ Desenxabida quer dizer sem graça; aborrecida. Estabanada quer dizer descuidada, desajeitada. (HOUAISS, 2004)

de volta das férias, pois não a considerava apta a casar com seu filho: “Deus nos livre desta sonsa! Não sabe fazer nada! Quero só ver se versejar funciona na hora de governar uma casa, de criar filhos, de cozinhar” (TAHAN, 2002, p. 37).

Assim, desiludida, cada vez mais Ana se dedica as leituras e versos, encanta-se com Camões, Bilac, Tomás Antônio Gonzaga, Almeida Garret e Gregório de Matos (TAHAN, 2002, p. 38).

Convidada para serões literários na casa do Dr. Acácio, advogado de grande prestígio e escritor de crônicas, Ana declama poemas de autores conhecidos e algumas vezes os de sua própria autoria, porém sem informar que são seus. Em casa, além do padrasto, todos ignoram o que escreve, não há incentivo (TAHAN, 2002, p. 40-41).

No entanto Ana vê seus primeiros escritos encaminhados ao Jornal Paiz, pelo Dr. Acácio que incentiva e acredita em seu talento. E em 1910 impressionada, assim como o resto do mundo, com a passagem do Cometa Halley, Ana escreve uma crônica a respeito para o semanário local e adota definitivamente o pseudônimo: Cora Coralina. E abandona por meses os escritos e livros apenas devido a morte seu padrasto (TAHAN, 2002, p. 46-48).

Em 1911 Cora conhece Dr. Cantídio, o novo chefe de Polícia da cidade, que será seu futuro marido. Vinte anos mais velho, com três filhos que moravam com a ex-esposa em São Paulo e uma filha que tivera com uma descendente dos Índios Guajajaras, Dr. Cantídio não era o marido que D. Jacintha sonhara para sua Ana (TAHAN, 2002, p.53-64).

A família, gente bem estruturada, religiosa e cheia de moral socialmente falando, não aceitou a união e Ana e Cantídio passaram a se encontrar escondidos e mais uma vez a poetisa abandonava seus livros e escritos, pois não parava de pensar em seu amor e na impossibilidade de seu namoro. No entanto logo Ana descobriu que estava grávida e decidiu junto com Dr. Cantídio a irem embora da cidade, mas sem avisar a família (TAHAN, 2002, p.75-84).

Quando chegam a São Paulo, Dr. Cantídio procura antigos colegas da faculdade para saber as possibilidades das regiões paulistas e o casal decide se mudar para Jaboticabal onde o advogado se estabelece profissionalmente e Cora inicia sua família e sua história de mulher forte e guerreira (TAHAN, 2002, p. 114). É no interior paulista e depois na Capital que Cora Coralina recomeça a escrever seus versos, cuidar da família, envolver-se politicamente em questões públicas e sociais.

Depois de anos fora de Goiás, em 1956 vinte anos após ficar viúva, Cora volta para não perder a casa onde nasceu. Precisando de dinheiro começa a fazer doces para vender aos turistas que vêm atraídos a cidade por sua arquitetura e traçado coloniais. Sua fama de doceira e sua produção literária aumentam a cada dia e ultrapassa os limites da cidade e do Estado (TAHAN, 2002, p. 204-206).

Publicou *Poemas dos Becos de Goiás e Outras Histórias Mais* seu primeiro livro, em 1965 e se transformou na grande porta-voz de uma realidade simples, porém moderna. Para Goiás foi um exemplo de ânimo, de luta e de otimismo principalmente (TAHAN, 2002, p. 218).

O poeta Carlos Drummond de Andrade, ao ler seu livro enaltece sua obra e a considera “a pessoa mais importante de Goiás”. Assim, graças a ele, Cora e Goiás se tornam conhecidos em todo o país por suas peculiaridades (TAHAN, 2002, p. 226).

Aos 95 anos, Cora Coralina, não está propriamente doente, mas muito enfraquecida por uma gripe e mesmo leva à Goiânia onde é internada falece no dia 10 de abril de 1985, deixando além de seus poemas um museu que conta toda a sua memória, histórias e o amor pela cidade de Goiás.

5.2.3. Artes

Vertente cultural com forte presença em Goiás, as artes plásticas passa por um período em que o valor dos trabalhos apresentados se destaca mais do que a quantidade de eventos.

As artes plásticas tiveram impulso não apenas com as mostras do Museu das Bandeiras, do Palácio Conde dos Arcos, mas outros importantes espaços alternativos, quase sempre destinados a coletivas e individuais de artistas regionais como a Casa de Cora Coralina, Casa de Goiandira do Couto e o Mercado Municipal.

Goiandira do Couto

Goiandira Ayres do Couto goiana de Catalão, interior de Goiás, mudou-se para a Cidade de Goiás aos 6 anos de idade e influenciada pela sensibilidade e o talento da mãe Dona Maria Ayres do Couto, também pintora, começou sua vida artística ainda menina pintando e brilhando nos salões de Goiás, como interprete das maravilhosas poesias de seu pai, Dr. Luiz Ramos de Oliveira Couto e outros autores (O GOYAZ, jan. 2002).

Fundadora, diretora e professora da Escola de Artes Plásticas “Veiga Vale” e criadora da Escola Infantil de Artes de Goiás, nunca freqüentou cursos ou Escolas de Belas Artes, sendo nato o seu dom artístico.

Goiandira iniciou sua carreira pintando a óleo de 1933 a 1967, tomando parte na Exposição de trabalhos da Escola Normal Oficial de Goiás, onde estudava, transpondo para as telas ângulos da Cidade de Goiás, o estilo colonial de suas casas, seus monumentos históricos e suas paisagens naturais, mas a partir de 1968 passou a pintar com as areias e assim tornou-se internacionalmente conhecida. (O GOYAZ, jan. 2002)

Colecionadora das areias coloridas da Serra Dourada, situada a alguns quilômetros da Cidade de Goiás, Goiandira fez sua primeira experiência, até então jamais lhe ocorrerá usar as areias como elemento pictórico. Porém na manhã do dia 18 de dezembro de 1967, a pintora, acordada, ouviu claramente uma voz que lhe determinou: “faça uma casa com areia”. Poucas horas depois, sobre uma lâmina de duratex embasada de óleo branco, seguindo linhas-guia, e detalhando de improviso surgia a primeira tela pintada com areias, a Igreja da Nossa Senhora da Boa Morte monumento importante da cidade. (O GOYAZ, jan. 2002)

Técnica difícil de ser explicada e mais difícil ainda de ser aprendida, o segredo de Goiandira é a maneira como os seus dedos vão semeando os grãos de areia, a sensibilidade na escolha das cores, transformando luz e sombra em arte e beleza.

Pintora essencialmente paisagista possui em seu atelier 551 tonalidades de cores diferentes de areia que encantam visitantes e turistas, mas Goiandira, não se dedica apenas a pintura, atua sempre nos movimentos sócio-culturais e artísticos da Cidade de Goiás é fundadora da Organização Vilaboense de Artes e Tradições – OVAT dedicada principalmente a organizar e promover as celebrações religiosas, em especial a Semana Santa.

5.2.4. Cinema

FICA

O Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental – FICA foi idealizado por Luiz Felipe Gabriel, Jaime Sautchuk, Adnair França e Luís Ganzaga para valorizar o cinema, discutir questões ambientais e movimentar o setor cultural e turístico. Apoiados pelo Governo do Estado através da Agência Goiana de Cultura – AGEPEL, todos os objetivos foram alcançados já no primeiro Festival.

O Festival é um dos mais importantes projetos culturais desenvolvidos pela Agepel, inicialmente em parceria com a Agência Ambiental, que passou a dar seu

apoio ao evento, assim como a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH. Com a motivação de propagar as potencialidades de Goiás para o mundo, o Fica exhibe e premia obras em vídeo e película cuja temática é a defesa da qualidade de vida na Terra.

O festival, que já teve onze edições tendo como palco fixo a Cidade de Goiás, consolidou-se como uma grande amostragem do cinema ambiental de todo o mundo. Além disso, movimentando a economia, o turismo, faz circular informação, pessoas interessantes e estimula a cultura como um todo, especialmente a área cinematográfica.

A cada mês de junho, um grande palco se abre não só para o cinema, mas para discussões sobre o desenvolvimento sustentável em oficinas, palestras e mesas-redondas, espetáculos musicais, literatura, dança e teatro.

Comparado o I FICA em 1999, onde as obras escritas foram 37 e os países inscritos foram 17 de todas as edições, o VII FICA em 2005 alcançou números surpreendentes, foram 837 obras escritas de 85 países diferentes e com um público estimado de 180 mil pessoas. Segundo os organizadores do XI FICA em 2009, a redução para 556 obras e 55 países, deve-se ao fato das dificuldades econômicas enfrentadas por todo o mundo.

Hoje o FICA é reconhecido como um importante evento do calendário cinematográfico nacional e internacional que proporciona informação, cultura e conscientização ecológica. Com uma temática exclusivamente ambiental, além de um dos fundadores da Associação Nacional de Festivais de Meio Ambiente, junto com os festivais realizados pela Itália, Espanha, Grécia e Portugal, o FICA oferece a maior premiação dos festivais, R\$ 240 mil.

5.2.5. Gastronomia

A culinária é uma manifestação cultural complexa, ela envolve rituais, modos de vida, é uma prática social, apresenta dinamismo temporal e espacial, pois se

diferencia de acordo com diferentes momentos históricos, diferentes culturas e regiões, se modificando constantemente, inclusive se apropriando de culinárias alheias na combinação de pratos (ALMEIDA et. al., 2008, p. 2).

O ato de comer, não tem significado restrito apenas a sobrevivência, está associado à cultura e também é uma forma de lazer, pois, as pessoas se deslocam por motivações gastronômicas, não só para degustação, mas porque, geralmente a gastronomia se associa à religiosidade, as festas, aos costumes e tradições de um povo.

No Brasil o patrimônio cultural gastronômico é extremamente vasto, pois além da diversidade de paisagens e climas, há os efeitos da mistura de várias tradições culinárias nos mesmos espaços (CIAFFONE, 2005, p. 119).

A culinária goiana também é rica e passada de geração a geração, deixando nos sabores memórias e histórias vividas. Segundo Molina (p. 130, 2001) a cozinha goiana:

[...] traz, como a cultura brasileira, as marcas da miscigenação, sofrendo as influências indígenas, africanas e européias, sobretudo portuguesa. É uma cozinha semelhante à paulista, mineira e mato-grossense. Ao se deslocarem para Minas Gerais, Goiás e território mato-grossense, os bandeirantes levavam os hábitos culinários de São Paulo. Os escravos, que pertenciam aos bandeirantes, preparavam os alimentos como o faziam em São Paulo, influenciando, assim os hábitos alimentares da população que passou a viver nessas regiões.

Composta por ingredientes do cerrado e muita simplicidade a culinária goiana propicia receitas peculiares como: empadão goiano que muitos dizem ser um prato típico da Cidade de Goiás e não do Estado; arroz e frango com pequi, que para (MOLINA, p. 134, 2001), vem se constituindo na principal marca da identidade goiana; guariroba, pamonha e os doces cristalizados, o pastelim e o alfenim.

Segundo Molina (p. 133, 2001), a pamonhada feita durante a colheita do milho verde, é um trabalho coletivo festivo, tanto nas fazendas como nas casas da

cidade. Originada de um prato africano, o açaçá; é feita de milho verde ralado, coado e temperado (de sal ou de doce) e depois a massa é espalhada na própria palha do milho verde, amarrada e colocada num tacho com água quente para cozinhar.

O costume das doceiras na cidade de Goiás é receber os clientes na própria casa, a salinha de exposição dos doces fica com a janela sempre aberta para que as cores e os aromas atraiam os visitantes.

Para Bariani Ortencio, Cora Coralina foi à maior doceira de Goiás, de tal modo talentosa que acabou criando muitos pratos culinários. Destacou-se na fabricação de doces de figo, laranja, banana madura e cidra e, ocasionalmente, tabletes de doce de leite e abóbora. Fazia, ainda, na época das frutas, passa de caju e seus doces eram picados em pedaços pequenos, delicados” (MOLINA, 2001, p. 136).

Porém o doce mais famoso de Goiás é o alfenim, feito por dona Sílvia Curado e reverenciada pelo escritor Bariani Ortêncio:

[...] a prima-dona dos alfenins de Goiás, com as suas mãos mágicas, faz, também, presépios completos de alfenim, com imagens de santos e animais de 30 centímetros, consumindo até 50 quilos de açúcar refinado [...] No seu casarão [...] sobressai-se o enorme fogão à lenha no centro da cozinha espaçosa, mesas com bandejas, travessas, tabuleiros para receberem os docinhos em forma de bichinhos, pombinhas da paz, peixes, flores, objetos como chapéus e utensílios, pessoas, imagens de santos, coelhos, cachorros, gatos, jacaré... tudo muito alvinho, e pratos espalhados pelas mesas e rabo-do-fogão, com o melado rosa, cada um esperando das ponto” (MOLINA, 2001, p. 134).

Outra delícia da cozinha goiana é o “paltelim”. Criado como forma de apresentar o doce de leite, tem a casca crocante, parece “uma empadinha” recheada de doce polvilhada com canela.

A gastronomia da cidade de Goiás possui grande expressividade nos restaurantes, bares e residências, mas principalmente nas festas e eventos. O

típico tornou-se uma iguaria e também um produto do turismo, assim, muitas pessoas viajam para praticar o turismo gastronômico, experimentando pratos diferentes e/ou típicos para o prazer da degustação.

Através da gastronomia típica é possível visualizar e sentir tradições que não são ditas, por isso é importante adequar os bares, lanchonetes e restaurantes para que atendam adequadamente os visitantes sem perder as características naturais. O Festival de Gastronomia e Cultura de Cidade de Goiás é um exemplo de como a culinária típica pode traduzir a arte de se comer bem, se relacionar com o turismo e com a história de um povo.

A cidade, durante quatro dias sempre no mês de outubro, recebe o Festival organizado pela Associação dos Restaurantes, Pousadas e Hotéis da Cidade de Goiás (ARPHOS), o Ministério do Turismo e outros parceiros no intuito de divulgar a melhor culinária goiana oferecida pelos restaurantes e possibilitar novas leituras e inovações no uso das iguarias típicas da região.

Normalmente os restaurantes participantes recebem a visita de *chefs* convidados de outras cidades que fazem uma releitura dos pratos e ajudam na divulgação dos costumes e práticas regionais.

O Festival é realizado nos restaurantes da cidade e na Vila Gastronômica, que possui 600 metros quadrados e com uma infra-estrutura capaz de receber mais de quinhentas pessoas por noite.

5.2.6. Artesanato

O artesanato da cidade tem tradições artísticas herdadas dos índios e escravos da região. São variadas as peças de cerâmicas: panelas, vasos, imagens, esculturas, moringas de água, candeeiros e outras a gosto do visitante. Também fazem parte

desse rico artesanato peças em palha, tear, crochê, bonecas de tecido e areia da Serra Dourada.

O artesanato tem outra finalidade, além da amostragem do trabalho artesanal desenvolvido, a de comercialização e venda desses produtos. Cada região possui seu artesanato e estes movimentam a economia regional (FERREIRA & FERREIRA, 2003, p. 10). O artesanato é também uma técnica de subsistência para suprir suas necessidades, mesmo o artesão sabendo que sua porcentagem de lucro é mínima e que seu trabalho vale tão pouco pela técnica que apresenta.

Na cidade de Goiás, por essas razões, o artesanato não está sendo herdado, a consciência de tradição está sendo abandonada pelas novas gerações para adotar outras atividades mais rendosas para a sobrevivência.

E tendo como objetivo resgatar a cultura popular que estava em decadência, recuperar os valores de uma herança indígena muito rica e dar apoio ao artesão, no sentido de cidadania e sobrevivência, foi criada em 1977 a Associação dos Artesãos nas dependências do Convento do Rosário. Procurou-se organizar uma forma social diferente, participativa, democrática e popular incentivando os interessados em trabalhar com artesanato. A organização não conta com recursos oficiais, mas ajuda 80 famílias, reforça e preserva a cultura popular regional na medida que valoriza o trabalho artesanal e procura repassar esses conhecimentos a futuras gerações (O GOYAZ, maio. 2002, p. 9).

Figura 20 – Foto da exposição de artesanato nas lojas.



Fonte: Autora, Nov. 2009.

O artesanato da região é encontrado no Mercado Municipal, na Associação dos Artesãos, na Casa do Artesão e em todo o comércio da cidade, que juntamente com o SEBRAE incentivam os artesãos na perpetuação das artes goiana. E é nessa continuidade que traçamos uma linha entre o presente e o passado que nos permite saber ao menos quem somos e de onde viemos com o objetivo de construirmos nossa identidade.

Diante das manifestações populares apresentadas pode-se afirmar que para revitalizar um patrimônio, um atrativo turístico, é necessário priorizar os aspectos culturais, pois não se pode negar ou simplesmente esquecer a identidade de uma sociedade.

5.3. A Infraestrutura Básica e Turística

Levando em consideração as afirmações do referencial teórico à infraestrutura urbana é uma variável fundamental para o desenvolvimento da atividade turística, sendo condição básica para a sua consolidação. É necessário também ofertar ao turista uma infraestrutura com excelente hospedagem, bons restaurantes, passeios, compras e outros serviços que ofereçam o mínimo de condições de conforto, segurança e hospitalidade.

Para realizar o diagnóstico acerca da infraestrutura existente na cidade de Goiás foram utilizados dados da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, da Companhia Energética de Goiás – CELG, Saneamento de Goiás S/A – SANEAGO e também o levantamento para Diagnóstico Preliminar do PAC – Turismo, cedido pela Secretaria de Turismo, Cultura e Transporte da cidade de Goiás.

Com relação a transporte o acesso a cidade de Goiás se dá principalmente através do transporte rodoviário, sendo visitada através das rodovias GO-060 e BR-070, porém possui um aeroporto com pista de 1.500 metros de distância. O terminal rodoviário abrangendo uma boa frota de ônibus com linhas municipais, regionais e estaduais. Além da frota de táxi instalado junto à rodoviária, oferece também esse serviço, nos principais pontos turísticos da cidade.

O transporte público, no que se refere ao estado de conservação dos ônibus, atende à população. No entanto em função do número reduzido de ônibus, os horários de circulação são insuficientes.

Não existem áreas específicas para estacionamento. Em eventos de grande porte, que atraem um número maior de visitantes, há problemas de estacionamento nas ruas estreitas.

A comunicação da população residente é feita através jornais circulação regional, bem como de uma estação de rádio local e sinal das redes nacionais de televisão.

A rede de telefonia disponibiliza telefones públicos, distribuídos em pontos estratégicos. A cidade também conta com os serviços dos Correios. Não existe serviço de TV a cabo na cidade, somente de TV por assinatura via satélite. Uma operadora de telefonia que oferece o serviço de internet banda larga ADSL, além de provedores de internet via rádio. É necessária uma melhoria no sistema de internet da cidade.

O fornecimento de energia e a iluminação pública estão a cargo da Companhia Energética de Goiás – CELG. Na preparação da cidade de Goiás para receber o título de patrimônio a CELG teve um papel fundamental quando possibilitou a troca da rede de iluminação aérea para subterrânea de todo o centro histórico. O serviço foi interrompido em 2001, porém falta o seu complemento no restante do centro histórico, que teve sua área protegida ampliada em 2004.

A iluminação pública ainda não é suficiente para atender toda a demanda, e necessita de um serviço periódico e sistematizado de manutenção e reposição de lâmpadas, postes e fiação. As praças necessitam de iluminação especial para atender sua função social de local de convivência e os monumentos emblemáticos devem receber iluminação de destaque, inclusive as pontes.

Segundo o levantamento para Diagnóstico Preliminar do PAC – Turismo, o abastecimento de água é deficiente, conta com uma rede de 66 km, ainda insuficiente para o atendimento de toda a demanda instalada. O esgotamento sanitário possui 32 km de rede implantada e 40 km em fase de construção, porém é necessária a implantação de mais de 14 km de rede para atender a demanda atual. O tratamento, abastecimento de água e esgoto sanitário são realizados pela Saneamento de Goiás S/A – SANEAGO. E segundo dados da SEPLAN (2009) a extensão de redes de água no ano de 2007 era de 67.615m.

A rede receptora de águas pluviais instalada é considerada também deficiente e necessita correções. Uma grave consequência é o deslocamento das pedras do calçamento do centro histórico e comprometendo também as calçadas e a estrutura dos bens tombados. A rede é emissária de um volume acima da sua capacidade de escoamento, tem pontos críticos nas áreas centrais e periféricas. Para os calçamentos de pedras a Prefeitura disponibiliza permanentemente uma equipe de profissionais de manutenção e reparos.

O serviço de limpeza é efetuado pela Prefeitura Municipal, que utiliza caminhões para a coleta de entulhos e pelos garis na limpeza da cidade. A coleta de lixo na cidade é realizada em dias intercalados e em bairros alternados, sendo recolhidas 18 toneladas de lixo por dia. No entanto a frota não está adequada para atender a demanda, operando no momento com dois caminhões, sendo um compactador e outro caçamba. Com os eventos de porte, a coleta e varrição de ruas entram em colapso e necessitam reforços. A coleta de lixo doméstico só é feita diariamente no centro histórico, e ainda não há nenhum movimento de coleta seletiva do lixo. O centro histórico necessita de intervenções urgentes, pois o mobiliário urbano é insuficiente, há lixeiras e bancos apenas na Praça do Coreto.

Com relação à segurança a responsabilidade é das polícias civil e militar, que suprem as necessidades também da população local. Durante os períodos de férias e eventos aumenta-se o efetivo militar.

Na área da saúde conta com o Hospital São Pedro d' Alcântara e os postos de saúde que atendem à demanda ambulatorial e pequenas emergências.

Os turistas que visitam a cidade de Goiás contam com uma rede hoteleira formada por 17 hotéis e pousadas com cerca de 1.200 leitos e 15 restaurantes com capacidade para seis mil refeições diárias. O número de leitos é insuficiente, especialmente no período de realização de grandes eventos e/ou feriados prolongados.

A cidade possui agências bancárias dos maiores bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) e privados (Banco Itaú S.A. e Bradesco) do país, que atendem a maior parte de população, mas é necessária a instalação de um Banco 24 Horas para atender aos clientes de outras instituições financeiras.

Com relação à infraestrutura comercial, tanto a comunidade local quanto os visitantes são bem atendidos há diversificação na oferta de produtos.

O sítio dispõe de espaço para a realização de eventos ao ar livre, porém, a falta de um Centro de Convenções compromete a captação e realização de eventos regionais, nacionais e internacionais.

O lazer e o entretenimento ficam por conta dos bares com música ao vivo, localizados no centro histórico, a visita aos museus e aos balneários e trilhas ecológicas.

Quanto ao receptivo turístico existem dois postos de atendimento bem localizados, um no centro histórico e outro na entrada da cidade. Os dois estão em fase de organização, mas em funcionamento. Há também duas agências de viagem, a Ourotur e Terra Goyaz, que disponibilizam guias turísticos para recepção e atendimentos aos visitantes.

A acessibilidade a portadores de necessidades especiais é inexistente, houve uma pequena melhora, mas ainda necessita de muita adaptação. Segundo Silva e Gonçalves (2006, p. 28) acessibilidade não é questão de filantropia ou de respeito às leis, mas sim de respeito aos seres humanos e que somente com uma profunda mudança, o turismo poderia ser conduzido de forma mais humana, inclusiva, trazendo resultados benéficos e duradouros às perspectivas sociais e financeiras.

A partir do momento que o turista se afasta dos arredores de seu domínio, começa a se deparar com situações que não lhe são habituais e que requerem atendimento específico. A sinalização turística se apresenta como um veículo de primordial importância para minimizar os transtornos e a insegurança de um ambiente desconhecido (Guia Brasileiro de Sinalização Turística, 2001, p. 14).

Por meio da sinalização são oferecidas as informações que substanciam o senso de posicionamento e o reconhecimento espacial, além de serem supridas as necessidades básicas de orientação para deslocamentos em territórios desconhecidos (Guia Brasileiro de Sinalização Turística, 2001, p. 14).

Essa comunicação, que ocorre por meio de placas, deve se ocorrer da forma mais abrangente possível e estar em total conformidade com os demais sistemas de circulação e sinalização viária locais. Deve ser integrada aos espaços de forma harmônica, com o mínimo de interferência sobre o meio (Guia Brasileiro de Sinalização Turística, 2001, p. 14).

Os critérios e normas da Sinalização Turística são estabelecidos pelo DENATRAN, EMBRATUR e IPHAN, que têm atribuições legais e específicas de regulamentar, respectivamente, intervenções nos sistemas viários urbanos e rurais, turísticos e em bens culturais protegidos (Guia Brasileiro de Sinalização Turística, 2001, p. 15).

O Brasil implantou, por meio de regulamentação do Denatran, a sinalização de cor marrom, reconhecida e consagrada na maioria dos países como indicativa de bens turísticos e patrimoniais (Guia Brasileiro de Sinalização Turística, 2001, p. 15).

Na cidade de Goiás não existe sinalização turística, somente algumas poucas placas indicativas em rodovias e saídas da cidade.

A observação feita sobre a infraestrutura da área é que tanto o centro histórico como os distritos necessitam de ações urgentes em sua infraestrutura. É inegável sua vocação turística e cultural, mas desde a placa indicativa do caminho a ser percorrido até o folder com as melhores opções de lazer locais são inexistentes ou insuficientes. As potencialidades são claras e inegáveis. Tanto é necessário um plano integrado de turismo como um plano de marketing. A educação patrimonial deve ser iniciada na formação de base, para que a criança cresça sabendo valorizar seu patrimônio dando continuidade à cultura local.

Considerando a análise da infraestrutura básica e turística sob a ótica de Santos (2008) confirma-se uma mistura de formas novas e velhas, de estruturas novas adequadas a novas funções, ou seja, mesmo na transformação do processo, as “rugosidades” foram levadas em conta diante das novas funções impostas a sociedade.

5.4. Análise das Ações de Planejamento das Políticas de Conservação do Patrimônio e sua Influência na Organização do Turismo

Política é uma forma de gerenciamento de interesses diversos, em torno de um objetivo, ela pode e deve ser flexível, dinâmica e estar – tanto no processo de sua formulação como na sua implantação – adequada aos interesses e características de cada povo, época e do âmbito geográfico em que será aplicada (SOLHA, 2006, p. 89).

Corroborando ainda com a afirmação de Solha (2006, p. 90), é possível perceber que as preocupações em estabelecer políticas para o turismo começam a surgir quando este adquire importância econômica, antes disso, caracteriza-se pela espontaneidade, com pouco ou nenhum controle de seu desenvolvimento. Por isso o poder público vem dispendo de uma série de programas para implementar políticas de turismo na cidade de Goiás com ações de curto, médio e longo prazo no intuito de intensificar a vocação turística.

Serão descritas ao longo desse capítulo os projetos mais recentes e relevantes para a conservação da herança histórica e a preservação dos atrativos turísticos da cidade de Goiás segundo IPHAN (2009).

5.4.1.PAC das Cidades Históricas

O Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC Cidades Históricas) é uma ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar nossa cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos.

O programa é uma importante conquista e consolida significativos resultados obtidos a partir do incremento das políticas culturais em nosso país, em especial da implementação do Programa Monumenta, o qual promoveu impactos muito positivos para as comunidades de 26 municípios beneficiados.

Ampliar a abrangência dessa estratégia de desenvolvimento, para posicionar o patrimônio cultural como eixo indutor e estruturante, é objetivo do PAC Cidades Históricas que abrange 173 municípios, de todos os estados da federação, com uma meta de investimentos iniciais de cerca de R\$ 250 milhões por ano.

O PAC Cidades Históricas faz parte das prioridades articuladas pela Casa Civil da Presidência da República, e é coordenado pelo Ministério da Cultura – Minc, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Tem como bases políticas intersetoriais e parcerias estratégicas, com destaque para os Ministérios do Turismo, Educação e Cidades, Petrobras, Eletrobrás, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil – BNB.

Segundo a secretária de Turismo da cidade de Goiás, Mara Publio (2009), a cidade de Goiás, recebeu investimentos em obras de restauro, ações culturais, formação profissional e educação patrimonial. Valendo destacar o restauro completo e a adequação do antigo prédio para o funcionamento do Museu das Bandeiras.

A conhecida Praça do Coreto também recebeu investimentos expressivos para a sua recuperação e infraestrutura, o que contribuiu para o lazer, convívio social e bem estar da população. Entre os grandes projetos em andamento estão o restauro do antigo mercado e o da orla beira-rio.

Na área de eventos culturais, para homenagear uma de suas moradoras mais ilustres, a poetisa Cora Coralina, foi realizado o Festival de Poesia de Goyaz que atraiu muitos visitantes e divulgou a cidade em todo o país.

Essas iniciativas contribuíram decisivamente para a valorização de importantes espaços de convívio social, entretenimento, cultura e para os negócios da região e, ao mesmo tempo, favoreceram o desenvolvimento do turismo cultural cuja demanda é crescente em todo o país. A cidade obteve melhores condições e a oportunidade de atender, com uma perspectiva de um desenvolvimento sustentável, participativo e de inclusão social.

Os Investimentos federais em Goiás entre 2006 e 2009 chegaram a R\$ 8.526.602,00. Pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) foram aprovados três importantes projetos para a conservação e restauro de calçamentos do centro histórico, restauro e adequação de edifício público para o arquivo histórico e restauro de patrimônio têxtil religioso (IPAHAN, 2009). A ampliação dos recursos orçamentários nos últimos anos ainda não foi suficiente para reverter o processo de degradação das cidades históricas, que pode ser caracterizado pelos seguintes problemas:

- Subaproveitamento do potencial econômico e simbólico dos sítios históricos para a geração de renda, novos empregos, agregação social e identitária.
- Crescimento urbano desordenado que favorece as ocupações irregulares e outras ameaças de descaracterização do patrimônio protegido.
- Infraestrutura urbana precária com carência de saneamento ambiental, transporte, mobilidade e habitação social, fatores que aceleram o processo de degradação do patrimônio cultural.
- Risco de arruinamento dos imóveis protegidos.
- Grande parte dos bens de valor cultural está subutilizada ou sem condição de uso.

É importante ressaltar que os recursos orçamentários do IPHAN/Ministério da Cultura cresceram significativamente nos últimos anos, passamos de cerca de R\$ 17 milhões em 2002 para cerca de R\$ 160 milhões em 2009 com uma perspectiva de R\$ 220 milhões previstos para 2010 na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de competência do Congresso Nacional (IPHAN, 2009).

A formatação do PAC Cidades Históricas é fruto da experiência realizada pelo IPHAN com o Programa Monumenta, em fase de conclusão. O projeto representou, pela primeira vez, o desafio de integrar ações de preservação do patrimônio com estratégias de desenvolvimento local.

Com atuação em 26 cidades históricas brasileiras, o Monumenta conseguiu realizar ações exemplares, ao valorizar o patrimônio cultural desses municípios e associá-lo a ações de desenvolvimento econômico, cultural, urbano e social.

Os desafios enfrentados e as ações já realizadas pelo IPHAN e pelo Programa Monumenta (1999-2010), em conjunto com outros setores do governo federal, estadual e municipal além de instituições de ensino, ONGs e sociedade, demonstram que é possível conseguir resultados efetivos para as cidades e a

população. No Estado de Goiás a cidade de Goiás é a primeira a ser beneficiada com o Programa Monumenta.

Política Nacional de Patrimônio Cultural

O aumento de investimentos do Governo Federal foi uma conquista do conjunto dos atores, que apostaram no caminho da preservação como eixo incentivador do desenvolvimento local e realizaram importantes iniciativas e experiências de êxito, o que torna possível avançar na construção de uma Política Nacional de Patrimônio Cultural.

O processo de participação dos gestores estaduais e municipais já se iniciou com a elaboração dos Planos de Ação, em desenvolvimento em mais de 160 cidades históricas, delineando uma nova etapa de gestão para o setor.

O compartilhamento e definição de papéis, a pactuação de diretrizes, ações e investimentos, com um processo mais participativo da população garante melhores condições para obtenção de resultados, pois se alinha ao processo democrático de evolução das políticas públicas operacionalizadas por temas nacionais de gestão a exemplo de outros setores públicos como saúde e educação.

A Política Nacional de Patrimônio Cultural se estrutura de forma sistêmica, planejando e definindo ações e orçamentos, bem como integrando importantes espaços de pactuação - as conferências nacionais, estaduais e municipais de cultura, e instâncias de participação e controle social - os conselhos municipais, estaduais e nacional de patrimônio cultural.

A cooperação intersetorial se consolida com Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Ministério da Educação, Ministério das Cidades, Petrobras, Eletrobrás, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa

Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Ministério Público, Governos estaduais, Prefeituras municipais, Universidades federais, estaduais e municipais, Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, Associação Brasileira das Cidades Históricas – ABCH e UNESCO. (p. 16)

Segundo o IPHAN (2009, p. 17) a implementação é a partir da:

- Inclusão das Cidades Históricas nos programas e linhas de financiamento da agenda social do Governo Federal: saneamento, habitação, mobilidade urbana, segurança, turismo, fomento às cadeias produtivas locais.
- Execução direta de ações de reabilitação nas áreas e recuperação de monumentos protegidos pelo IPHAN.
- Financiamento e subsídios do IPHAN a imóveis privados.
- Contratação direta de projetos estratégicos pelo IPHAN com contratação imediata para situações de risco.
- Contrapartidas de Estados e Municípios com convênios para projetos e acompanhamento da implementação.
- Parcerias com concessionárias de serviços públicos, setor privado e sociedade civil.

Entre os municípios brasileiros que possuem conjuntos ou sítios protegidos, em processo de proteção ou lugares registrados ou em processo de registro estão cinco municípios do Estado de Goiás: Corumbá de Goiás, Goiânia, Goiás, Pilar de Goiás e Pirenópolis.

Hoje já são identificados projetos e iniciativas empreendidos pelas várias instâncias de governo que garantem a possibilidade de expansão dessa política para todo o território nacional.

Os objetivos do PAC das Cidades Históricas são:

1. Promover a requalificação urbanística dos sítios históricos e estimular usos que garantam seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

2. Investir na infraestrutura urbana e social.
3. Ampliar o financiamento para a recuperação de imóveis privados.
4. Recuperar monumentos e imóveis públicos com destinação de uso de interesse social.
5. Fomentar o desenvolvimento das cadeias produtivas locais.
6. Promover o patrimônio cultural, o intercâmbio, a formação e a capacitação de agentes, técnicos e gestores.

O Programa começou a ser implementado em 2009, envolvendo todos os agentes intergovernamentais, com o investimento de R\$ 140 milhões destinados a projetos que serão realizados em 32 cidades históricas.

As primeiras ações incluem embutimento de fiação elétrica, requalificação urbanística, restauração de monumentos históricos e contenção de encostas.

Nesse primeiro momento no Estado de Goiás apenas Pirenópolis será beneficiada, mas a partir de 2010 a proposta é manter um orçamento de, no mínimo, R\$ 250 milhões, por ano, para a ação do Programa em todas as localidades. Os investimentos serão estabelecidos a partir dos Planos de Ação elaborados pelas cidades históricas – uma ação conjunta que está sendo realizada com a participação dos governos municipais, estaduais e federal, além da sociedade civil.

O objetivo é a elaboração e a pactuação dos projetos estratégicos de cada município, com o consequente direcionamento dos recursos governamentais e da iniciativa privada para sua viabilização. Assim, a mobilização de recursos se amplia por meio das contrapartidas locais, e em especial, merece citação a perspectiva de participação das empresas do setor elétrico público que podem assumir parte ou até mesmo a totalidade dos custos de embutimento da fiação elétrica nas cidades.

Merece destaque, a identificação dos recursos acionados pela Lei de Incentivo à Cultura (Lei 8.313/91) para ação de preservação, o que permite por meio da utilização de instrumentos de renúncia fiscal, como o mecenato, estimular a maior participação da iniciativa privada e das empresas estatais.

O financiamento para as ações de preservação e salvaguarda, também utiliza recursos do Fundo Nacional de Cultura acionados via convênio com a contrapartida de investimentos por parte do proponente. Em 2008, o valor global de recursos viabilizados pelo fomento do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) com relação aos bens tombados mobilizou cerca de R\$ 250 milhões, beneficiando cidades em todo o país.

5.4.2.PROGRAMA MONUMENTA

O Programa Monumenta é uma estratégia do Ministério da Cultura que alia a preservação de conjuntos urbanos das cidades históricas brasileiras sob proteção federal com o desenvolvimento econômico e social.

Com o apoio técnico da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID os objetivos do Monumenta/IPHAN é preservar o patrimônio histórico e artístico urbano, aumentar o conhecimento da população a respeito da importância do patrimônio e estimular a utilização econômica, cultural e social das áreas em recuperação.

O Monumenta é implementado nas cidades a partir da assinatura de convênios firmados entre o Ministério da Cultura, prefeituras e/ou estados. Para acompanhar e conduzir as ações do Programa são formadas equipes compostas por técnicos do município ou do estado em conjunto com o IPHAN. A Unidade Executora de Projeto – UEP recebe orientações da Unidade Central de Gerenciamento, com sede no Ministério da Cultura.

Atualmente, 26 cidades participam do Programa, escolhidos de acordo com sua representatividade histórica e artística, levando em consideração a urgência das obras de recuperação e entre elas está a Cidade de Goiás.

Fazem parte do acervo selecionado museus, igrejas, espaços públicos, conjuntos escultóricos, conventos, fortes, casas de câmara e cadeia, ruas, logradouros e edificações privadas em áreas tombadas pela União.

O Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural – FUNPATRI é um instrumento, criado pelo Monumenta, nos moldes da Lei Federal nº 4.320/64 que regula os fundos especiais. Com sua criação também serão estimuladas ações compartilhadas entre governo, comunidade e iniciativa privada.

O Programa além de promover a conservação e restauro de monumentos e espaços públicos, disponibiliza a linha de financiamento para recuperação de imóveis privados e apóia projetos de educação patrimonial, capacitação e formação de mão-de-obra, e incentivando, assim a geração de renda nas localidades.

O FUNPATRI pode receber recursos orçamentários do município, contrapartidas de convênios, aluguéis e arrendamentos dos imóveis e doações e os pagamentos dos financiamentos para a recuperação de imóveis privados.

As políticas de turismo geralmente são desenvolvidas com base nos atrativos que mais especificam o local, ou seja, sua vocação. No caso da cidade de Goiás o que prevalece é o turismo histórico. Com base no desenvolvimento deste capítulo pode-se perceber que apesar das ações serem de responsabilidade de vários setores da administração pública, apenas o organismo federal demonstra interesse de forma mais integrada.

Também é importante ressaltar que tanto o PAC das cidades históricas quanto o Programa Monumenta, trouxeram a cidade de Goiás contribuições financeiras; linguísticas e culturais, incentivando a leitura e atividades afins; conservação e valorização da história local; visibilidade turística nacional e principalmente

conscientizando a comunidade da necessidade de envolvimento na recuperação do patrimônio histórico e cultural brasileiro.

Com o turismo, o patrimônio ganha visibilidade tanto do ponto de vista cultural, quanto do econômico. Isso pode propiciar uma sensibilização dos órgãos públicos e privados para a importância de sua valorização, preservação e sustentabilidade.

5.5. Análise das Políticas Públicas Relacionadas ao Turismo

Uma política pública de turismo pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas, em virtude do objetivo geral de alcançar e dar continuidade ao desenvolvimento da atividade turística num dado território (CRUZ, 2002, p. 40). Tal ponderação é fundamental para a análise empreendida, já que na história do turismo no Brasil, apenas duas políticas nacionais de turismo são assim instituídas. A primeira delas, pelo Decreto-lei 55 de 18 de novembro de 1966, que define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo – CNTur e a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR e a segunda, instituída em 1996, decorrente da Lei 8.181/91 e do Decreto 448/92 que preconiza a democratização do turismo nacional.

Impõe-se assim uma nova estrutura que não para de mudar porque o processo de transformação continua e ele será cada vez mais intenso, pois é crescente importância do setor do turismo para a economia.

No Estado de Goiás a Agência Goiana de Turismo – AGETUR, criada em 1999, órgão oficial responsável pelo fomento da atividade turística no estado possibilitou a implantação de um sistema de gestão turística buscando uma articulação com os demais órgãos do governo, setor empresarial e as sociedades organizadas com o objetivo de integrar as políticas públicas e o setor privado.

Entre as metas para o turismo em Goiás foi lançado o Plano Estadual de Turismo em consonância com o Plano Nacional em que foram traçados os Programas Mostra Goiás, Infraestrutura Turística, Informação e Inteligência Turística e Produto Turístico, para que sejam executados nas regiões turísticas do estado de Goiás.

O programa Mostra Goiás tem como objetivo promover o estado em nível regional, nacional e internacional, transformando Goiás em um dos principais destinos turísticos.

Já o programa Infraestrutura Turística objetiva oferecer a adequação a cada região a infraestrutura turística de forma a atender às necessidades de orientação e conforto dos visitantes e da comunidade.

O objetivo do programa Inteligência/Informação Turística é desenvolver um sistema de inteligência e informação integrado com o *trade* turístico, compartilhando pesquisas e informações necessárias à tomada de decisão sobre políticas públicas e investimentos na área.

O programa Produto Turístico tem o objetivo de melhorar a capacidade do *trade* turístico, a gestão municipal e a qualificação dos profissionais da área, incentivando a criação de novos produtos turísticos para serem divulgados em nível estadual, regional, nacional e municipal.

Além desses projetos a AGETUR também elaborou um documento em 2003 de muita importância para a atividade turística do estado, o Manual de Orientação ao Município: Estratégias de Desenvolvimento do Turismo, que tem como premissa orientar os municípios do estado a desenvolverem o turismo de forma planejada com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política, estimulando a regionalização, definindo critérios de desenvolvimento e de classificação e no direcionamento de ações e investimentos públicos.

Em relação à participação pública na atividade turística percebe-se que embora o estado apresente planejamento para o setor é evidente a quase ausência dos

municípios quer seja na elaboração das ações bem como nos recursos disponibilizados.

Pode-se afirmar que mesmo as medidas de planejamento até então tomadas no país também, necessitam de implementação das condições necessárias ao crescimento da atividade.

A rigor, a política municipal de desenvolvimento urbano e regional teria de ser percebida por sua correspondente estadual, por sua vez atrelada à nacional. No entanto, há quase duas décadas o Brasil abandonou esta prática em favor de iniciativas isoladas nos três níveis de governo, fato que não tem deixado de provocar sérios danos ao país inteiro (YÁZIGI, 1999, p. 167). A falta de envolvimento entre as políticas municipais, estadual e federal causam efetivamente, transtornos quanto ao desenvolvimento econômico e social das regiões.

Admitindo-se que a preservação da paisagem e a atratividade turística de uma região seja uma das principais responsabilidades do município para com o turismo, a desejada política de desenvolvimento urbano e regional; os planos de desenvolvimento turístico; as leis de uso e ocupação do solo; as leis de proteção ambiental ou código de obras infelizmente não se definem com clareza no entendimento dos corpos técnicos das prefeituras (YÁZIGI, 1999, p. 168-170).

O inaceitável segundo Yázigi (1999, p. 155), é que a maioria dos municípios que desejam implementar e incentivar o turismo em sua região não possuem qualquer um destes instrumentos legais e muito menos planejamento e conhecimento técnico para gerir a atividade turística. Pouco adianta que o município entre na frente turística se, simultaneamente, não estiver combatendo seus adversários, a desigualdade social, a degradação do território, as tecnologias erradas ou o mau uso da memória.

O título de Patrimônio da Humanidade concedido pela UNESCO à cidade de Goiás foi satisfatório para incentivar a preservação da história da antiga capital goiana e alavancar a prática do turismo. Porém os dividendos financeiros esperados foram aquém do previsto. Parte da população chegou a ter a impressão de que o título atrapalhou em alguns aspectos o desenvolvimento do turismo, como várias restrições quanto a construções e realizações de eventos.

Outro ponto a ser mencionado é a relação turismo e a geração de empregos, a euforia do título não gerou nem empregos nem rendas, os jovens continuaram a deixar a cidade para procurar ocupação em outras regiões. É correto afirmar que divulgar a antiga capital é necessário, mas também é preciso a conscientização da sociedade e a união dos gestores, para proteger a comunidade e receber com qualidade o turista.

Desta forma a análise das políticas leva a crer que o processo, segundo Santos (2008), definido como uma ação que se realiza continuamente vem sofrendo mudanças e transformações dentro da estrutura social e econômica envolvidas na atividade turística.

6. Considerações Finais

Goiás tem um fluxo turístico relativamente pequeno. Ainda não existem pressões que possam prejudicar a área tombada. Providências já estão sendo adotadas para suprir as carências da cidade no que se refere à sinalização urbana e identificação dos monumentos.

O turismo tem corroborado para que o patrimônio histórico edificado seja conservado e preservado, e também tem contribuído para a retomada para o patrimônio cultural valorizando o conteúdo da sabedoria popular.

Na cidade de Goiás o turismo permite que a comunidade, de alguma forma engaje-se no processo de recuperação da memória coletiva e da reconstrução da história. Permite, até mesmo, que muitos membros dessa comunidade adquiram, pela primeira vez, consciência do papel que sua cidade representou em determinado cenário e em determinada época (BARRETO, 2003, p. 49). E esta é uma afirmação que descreve a situação atual da comunidade.

Segundo levantamento da Secretaria de Turismo os monumentos encontram-se em bom e ótimo estado de conservação, mas esse quadro refere-se ao momento atual, por isso o órgão vem acumulando esforços, pois é necessário que haja uma manutenção periódica como ação permanente, devido a inexistência de uma manutenção preventiva.

Apesar da paisagem da cidade de Goiás sofrer alterações com a finalidade de atender às expectativas do turismo: casarões residenciais se transformaram em pousadas, restaurantes e lojas comerciais, prédios públicos e igrejas em museus, segundo os planejadores do turismo a conservação do patrimônio edificado continua uma prioridade.

Assim como o patrimônio histórico edificado, o imaterial vem se solidificando a cada ano. Conforme relato da Secretaria de Turismo da cidade os eventos mais procurados pelos turistas são o Carnaval de Rua que conta com mais de 16.000 foliões, a Semana Santa e a Festa do Divino, comprovando assim a influência da cultura regional na sustentação da atividade turística.

Tanto a infraestrutura básica quanto turística demandam de alguns ajustes principalmente na qualificação de profissionais conforme relata a curadora do Museu Casa Cora Coralina. Segundo Yázigi (2002, p. 103), existe uma necessidade permanente de formar pessoal qualificado para as diferentes exigências do setor, nada impede que as cidades assumam um comportamento proativo, pois esse cria um círculo virtuoso no qual o habitante desempenha o papel de consumidor de sua cidade (cidadão) e promotor de turismo.

Quanto à análise das políticas para o turismo é evidente tanto na pesquisa, quanto nas entrevistas que ainda falta empenho dos setores públicos e privados. Há um descontentamento geral por parte dos curadores e responsáveis pelos monumentos históricos em relação à distribuição das verbas para manutenção e divulgação dos atrativos. No momento apenas o Governo Federal através do IPHAN e do Ministério da Cultura estão disponibilizando programas para a manutenção e sustentabilidade da cidade patrimônio.

E entre todas as análises observa-se a importância e a valia do estudo das categorias de análise espacial – forma, função, estrutura e processo proposta por Milton Santos. Foi possível verificar as transformações ocorridas no espaço que levaram a cidade a mudar sua função e a participar de processos em um novo funcionamento da estrutura e novos valores a forma.

O turismo é a única atividade econômica em que o consumo do espaço constitui sua razão de ser. Daí o significado da preservação do patrimônio natural e cultural do país para o turismo. Não necessariamente pelo papel que desempenham na

economia, na cultura, na vida do lugar, mas pelo que aparentam ser aos olhos de um turista (CRUZ, 2002, p. 57).

Diante dessas exposições considera-se que a cidade de Goiás possui um rico acervo patrimonial demonstrando uma pluralidade étnica, cultural e histórica que caracteriza a formação do Estado. O registro da herança arquitetônica e urbanística deixada pelos diferentes povos e culturas que aqui aportam resgata parte de sua memória, entendendo o presente e buscando um futuro melhor sobre novas bases. É certo afirmar que o patrimônio histórico edificado e as manifestações culturais da Cidade de Goiás influenciam na organização da atividade turística no município, pois a preocupação em aumentar o conhecimento da população a respeito da importância do patrimônio, com o resgate e com a conservação, leva-se ao desenvolvimento econômico, cultural e social da região.

8 Referências

ALMEIDA, Daniela Gomes de *et al.* **Culinária mineira e turismo gastronômico em Uberlândia: história, metamorfoses e perspectivas.** 4ª Semana do Servidor e 5ª Semana Acadêmica: Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2008.

ARRAIS, Tadeu A. **Geografia contemporânea de Goiás.** Goiânia: Vieira, 2004.

ARTESANATO. **O GOYAZ**, Jornal. Ano I, n.º 4. Maio, 2002.

BARRETO, Cristina. Patrimônio histórico. In: GONÇALVES, Ana Beatriz R.; BOFF, Claudete (Org.). **Turismo e cultura: a história e os atrativos regionais.** Santo Ângelo, RS: Gráfica Venâncio Ayres, 2001.

BARRETO, M. Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papyrus, 2000.

BARRETO, M. Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

BERTRAN, Paulo. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil.** Brasília: CODEPLAN, Goiás: UCG, 1988.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico.** Bauru, SP: EDUSC, 2002.

_____. **Os municípios turísticos.** Bauru, SP: EDUSC, 2005.

CARVALHO, Adelmo. Pirenópolis: coletânea 1727-2007. História, turismo e curiosidades. 2. ed. Pirenópolis, 2007.

CASTROGIOVANNI, Antônio C. **Turismo urbano**. São Paulo: Contexto, 2000.

CHAUL, Nars N. F. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

CIAFFONE, Andréa. Turismo e gastronomia: o verdadeiro sabor da descoberta. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

COELHO, Gustavo N. **Goiás: uma reflexão sobre a formação do espaço urbano**. Goiânia: Ed. UCG, 1996.

_____. Guia de bens imóveis tombados em Goiás. Goiânia: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1999.

CRUZ, Rita de Cássia. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, Eduardo. (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Política de turismo e território. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DAZZI, R. C. S. **O patrimônio histórico edificado como forma de agregar valor ao turismo: uma análise da paisagem edificada no entorno da Praça Dogello Goss – Concórdia/SC**. 2009. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Faculdade de Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, 2009.

DENCKER, Ada de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DOSSIÊ GOIÁS. **Proposição de inscrição da cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade.** Goiânia: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1999. 1 CD-ROM

FERREIRA, Alessandra R.; FERREIRA, Denise L. **A requalificação no Plano Diretor: consideração dos aspectos culturais como pressuposto básico.** II Simpósio Regional de Geografia: Perspectivas para o Cerrado no Século XXI. Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, nov. 2003.

FESTA DO DIVINO. **O GOYAZ**, Jornal. Ano I, n^o 4. Maio, 2002.

FREITAS, Nilda M. **Metodologia de pesquisa.** Goiânia: Faculdade de Tecnologia SENAI, 2006.

GALLI, Ubirajara. **A história da mineração em Goiás: do séc. 17 às lavras do séc. 21.** Goiânia: Ed. da UCG, Contato Comunicação, 2005.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GOIANDIRA DO COUTO. **O GOYAZ**, Jornal. Ano I, n^o 1. Janeiro, 2002.

GOMES, Denise M. C. Turismo e museus: um potencial a explorar. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.). **Turismo e patrimônio cultural.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GUIA BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA, 2001.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário da língua portuguesa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

KOTHER, Beatriz. Patrimônio histórico e turismo. In: GONÇALVES, Ana Beatriz R.; BOFF, Claudete (Org.). **Turismo e cultura: a história e os atrativos regionais**. Santo Ângelo, RS: Gráfica Venâncio Ayres, 2001.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MENESES, Ulpiano T. B. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MOLINA, Suely F. L. Sobre comidas e o ato de comer em Goiás: uma reflexão acerca da goianidade. In: CHAUL, Nasr F., RIBEIRO, Paulo R. **Goiás: identidade, paisagem e tradição**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.

MORAES, Dominga C. Pedroso; BORBA, Odiones de Fátima. Cidade de Goiás: paisagem cultural como recurso turístico. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). **Paradigmas do turismo**. Goiânia: Alternativa, 2003.

MOURA, Antônio de Paiva. Turismo e festas folclóricas no Brasil. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PALACIN, Luiz. **Goiás 1722/1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas**. Goiânia: Ed. Gráfica Oriente, 1972.

_____. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas.** 4.ed. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

PASSOS, Elder Camargo de. **Pesquisa levantada e organizada pela OVAT** - Organização Vilaboense de Artes e Tradições. Goiás, 2003.

PRUDENTE, Thaise C. A. **Cotidiano e preservação no Asilo São Vicente de Paulo da cidade de Goiás.** Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Goiás, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia. Goiânia, 2006.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir o patrimônio histórico e turístico. In: FUNARI, Pedro P.; PINSKY, Jaime. **Turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Contexto, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** 5.ed São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Maria da Glória L. da. **Cidades turísticas: identidade e cenários de lazer.** São Paulo: Aleph, 2004.

SILVA, Yolanda F.; GONÇALVES, Patrícia S. **A estrutura hoteleira de Balneário Camboriú para turistas portadores de necessidades especiais.** Turismo – Visão e Ação – vol. 8 – n. 1, p. 9 – 29 jan./abr. 2006.

SOLHA, Karina, T. Política de turismo: desenvolvimento e implantação. In: RUSCHMANN, Dóris van de M.; SOLHA, Karina, T. (Org.). **Planejamento Turístico.** Barueri, SP: Manole, 2006.

TAHAN, Vicência Bretas. **Cora coragem, Cora poesia**. 4. ed. São Paulo: Global, 2002.

TELES, Reinaldo M. de Sá. Patrimônio cultural. In: GONÇALVES, Ana Beatriz R.; BOFF, Claudete (Org.). **Turismo e cultura: a história e os atrativos regionais**. Santo Ângelo, RS: Gráfica Venâncio Ayres, 2001.

VESENTINI, J. William; VLACH, Vânia. **Geografia crítica: o espaço natural e a ação humana**. 31. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

Sites utilizados

AGEPEL, Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira. Disponível em <http://www.agepel.go.gov.br>. Acesso em 2009.

CELG, Companhia Energética de Goiás. Disponível em <http://www.cwlg.com.br>. Acesso em 2009.

Governo de Goiás. Disponível em: <http://www.goias.gov.br>. Acesso em 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 2009.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://iphan.gov.br>. Acesso em 2009.

MAG, Museu de Artes de Goiânia. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br>. Acesso em 2009.

MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em:
<http://museudalinguaportuguesa.org.br>. Acesso em 2009.

Pirenópolis. Disponível em: <http://www.pirenopolis.tur.br>. Acesso em 2009.

Prefeitura de Goiânia. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br>. Acesso em 2009.

Relatório Anual de Conservação e Manutenção – Goiás 2009. Disponível em:
<http://www.monumenta.gov.br>. Acesso em 2009.

SANEAGO, Saneamento do Estado de Goiás. Disponível em:
<http://www.saneago.com.br>. Acesso em 2009.

SEMARH, Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Disponível em:
<http://semarh.goias.gov.br>. Acesso em 2009.

SEPLAN, Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento do Governo do estado de Goiás. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepim>. Acesso em 2009.

Entrevistas

José Filho Costa Pereira Amâncio. Curador do Palácio Conde dos Arcos. Nov, 2009.

Mara Publio de Souza Veiga Jardim. Secretária de Cultura e Turismo da Cidade de Goiás. Nov, 2009.

Marlene Velasco. Curadora do Museu Casa Cora Coralina. Nov, 2009.

ANEXO

UNIVALI
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
PROGRAMA DE MESTRADO EM TURISMO E HOTELARIA

ROTEIRO DAS QUESTÕES DA ENTREVISTA

Local:

Responsável:

1. Período de maior fluxo dos turistas? Por que?
2. Total de turistas por ano?
3. O patrimônio arquitetônico que marca essencialmente a paisagem edificada da Cidade de Goiás é uma variável significativa que está sendo considerada na organização do turismo no município?
4. Qual o estado atual de conservação dessa memória arquitetônica?
5. No contexto da organização do turismo no município o patrimônio cultural e imaterial, representado pelas manifestações populares, tais como festas religiosas, festivais, eventos cívicos, folclore, artesanato e gastronomia, tem sido outra variável igualmente considerada?
6. Como se encontra o estado atual da infra-estrutura básica e turística do município, enquanto aspecto fundamental no desenvolvimento do turismo na região?
7. Quais as políticas públicas que estão sendo implementadas visando o desenvolvimento do turismo no município?
8. Há reservas técnicas?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)